ATA DA 768ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO, REALIZADA NO DIA 31 DE MARÇO DE 2025

1) DATA E PRESENÇA

Dia trinta e um de março do ano dois mil e vinte e cinco, em segunda convocação, às vinte horas, tendo assinado a lista de presença cento e setenta e quatro Conselheiras e Conselheiros.

2) MESA DIRETORA

Presidente: Guilherme Domingues de Castro Reis
Vice-Presidente: Ricardo Luiz Iasi Moura
Primeira Secretária: Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha
Segunda Secretária: Ana Paula Melo Atanes
Terceira Secretária: Karim Christine Donatelli Di Tommaso Latorre

3) ABERTURA DOS TRABALHOS

Presidente – Declarou instalada a reunião e cumprimentou os presentes e os que estavam assistindo a transmissão pelo YouTube. Por oportuno, registrou que o Conselho Deliberativo do Esporte Clube Pinheiros não autoriza a divulgação das imagens, nem a reprodução total ou parcial dos pronunciamentos feitos na tribuna ou da Mesa do Conselho, a não ser pelos meios oficiais, que são: a ata da respectiva reunião e a transmissão online para associados, protegidas por senha. Em seguida, determinou a execução do Hino do Esporte Clube Pinheiros.

- **É executado o Hino do Esporte Clube Pinheiros**

4) EXPEDIENTE SOLENE

Posse de Suplentes

Presidente – Empossou no cargo de Conselheiro os seguintes Suplentes do Grupo B, da Chapa Pinheirenses, convocados para esta reunião: Rita Olivia Capua Amaral Velloso, do período 2020/2026 e José Antonio Melo e Silva, do período 2024/2030.

Entrega solene de títulos de Atleta Benemérito concedidos pelo Conselho Deliberativo

O Sr. Presidente convidou para compor a mesa dos trabalhos, durante a solenidade, o Presidente do Comitê Olímpico do Brasil (COB), Marco Antonio La Porta, o Presidente da Diretoria, Carlos Alexandre Brazolin, bem como o seu Vice-Presidente, Ney Roberto Caminha David.

Em seguida, acompanhado do Presidente Carlos Alexandre Brazolin, o Sr. Presidente entregou ao Presidente do COB, Marco La Porta, uma placa registrando sua presença neste momento solene.

Em seguida, os Srs. Presidentes e Vice-Presidentes, de forma alternada, entregaram os seguintes títulos de Atleta Benemérito concedidos pelo Conselho Deliberativo:

Seção de Polo Aquático: Danilo Tenenbojm Corrêa, agraciado em 25/07/2016 e Gabriela Mantellato Peão, agraciada em 22/11/2021; Seção de Handebol: Marcos Paulo dos Santos, agraciado em 29/05/2017, que justificou ausência devido a problemas de saúde em família e foi representado pelo Presidente Carlos Alexandre Brazolin; Seção de Esgrima: Henrique Tavian Pereira Marques, agraciado em 26/08/2024; Seção de Biathlon/Triathlon: Antonio Manssur Filho, agraciado em 27/01/2025; e, Seção de Natação: Leonardo Coelho Santos, agraciado em 24/02/2025.

Na sequência, foi concedida a palavra ao Atleta Benemérito Antonio Manssur Filho, que se pronunciou em nome dos demais homenageados, dizendo o seguinte:

Antonio Manssur Filho – Em nome do Pinheiros, agradeço a todos, principalmente a presença do nosso Presidente do COB, Dr. La Porta, agradecer à família de todos os atletas que vieram, porque sabemos que defender o Clube é uma honra muito grande. Todos nós defendemos o Clube há décadas, há muitos anos, é sempre uma emoção muito grande estar aqui no Pinheiros, defendendo o Clube, conquistando o que for necessário, lutando, treinando. Na realidade, a coisa mais importante para o atleta é o reconhecimento do esforço que fazemos para simplesmente representar, às vezes não ganhar, às vezes perde, mas o reconhecimento que todos, neste caso aqui o Clube nos dá, em nome de todos os atletas, não somente nós que tivemos a honra de receber o prêmio hoje, mas de todos os atletas que são do Pinheiros e com certeza se dedicam bastante para alcançar os melhores resultados aqui. Então, em nome de todos nós agradecemos essa honraria, que para nós é o principal, que é o reconhecimento do nosso trabalho.

Em seguida, foi dada a palavra ao Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Marco La Porta, que assim se manifestou:

Marco Antonio La Porta – Boa noite a todos. Quero agradecer ao convite do Esporte Clube Pinheiros, em nome do seu Presidente, meu amigo Carlos Brazolin, agradecer ao Guilherme também pela oportunidade de estar presente num evento tão importante e que homenageia a razão de ser do esporte, que são os atletas. Os atletas estão à frente do esporte, é o que move a máquina, a gente está aqui sempre para poder trabalhar para o atleta, esse é um papel importante do Comitê Olímpico. Minha presença aqui para mim é muito significativa. O Pinheiros realmente é o maior Clube esportivo olímpico do Brasil, isso está registrado em medalhas, em resultados, contra fatos não há argumentos. Mais do que isso, o papel do Pinheiros ao longo de todas as décadas de existência representa exatamente o que é o esporte olímpico

brasileiro. O Pinheiros sempre esteve à frente, com grandes atletas, inúmeros atletas passaram por aqui, campeões olímpicos, medalhistas olímpicos, atletas olímpicos ou atletas do dia a dia. Então, é muito importante para a gente estar presente numa homenagem aos nossos atletas, em particular não posso deixar de citar meu amigo Manssur, companheiro de estrada no Triathlon, a gente viveu muitas competições por esse mundo afora. Então, é um orgulho muito grande quando o Presidente Brazolin me convidou, eu não pensei – Foram dois segundos, né, Brazolin? – Dois segundos que demorei a aceitar o convite, mas não somente pelo Manssur, claro que o Manssur foi importante estar aqui, mas por todos os atletas que estão aqui representados. Atletas que defenderam as cores do Brasil, defenderam as cores do Esporte Clube Pinheiros. Repito, é muito importante para nós dentro do Comitê Olímpico. E o Comitê Olímpico não pode de forma alguma estar afastado dos clubes, tem de estar presente, trabalhando junto com os clubes, porque ninguém faz nada sozinho. E é isso que a gente tem tentado mostrar dentro do COB, um trabalho em conjunto. E a gente tem um lema que está cada vez mais repetindo, repetindo como mantra, que é importante para todos aqueles que trabalham no esporte, pense: Juntos por uma nação esportiva. O Brasil nunca será uma potência olímpica se não for uma nação esportiva. Se não tivermos a população praticando esportes, as crianças praticando esporte, então, nunca nos tornaremos uma potência olímpica. Ganharemos medalha uma vez ou outra, mas nunca seremos uma potência olímpica enquanto não formos uma nação esportiva. E os clubes, como o Pinheiros, têm um papel fundamental nesse processo, é aqui que faz iniciação do esporte. Então, por isso a gente está aqui presente. Minha Vice-Presidente esteve aqui na semana passada e estarei presente aqui toda vez que for convidado, tenham certeza disso. Muito obrigado, é uma honra estar aqui e tenho certeza que os atletas estão muitos felizes com essa homenagem, que é o reconhecimento pelo trabalho que eles fazem ao longo de suas carreiras. Muito obrigado.

Dando por encerrada a solenidade, o Sr. Presidente agradeceu ao Presidente do Comitê Olímpico do Brasil, Marco La Porta, bem como aos Atletas Beneméritos diplomados e respectivas famílias pela honrosa presença.

5) EXPEDIENTE FORMAL

Comunicações da Mesa, da Diretoria e dos Conselheiros, bem como propostas de caráter cívico, votos de pesar e de júbilo.

Presidente - Submeteu ao plenário, tendo sido aprovadas, proposição de votos de pesar formuladas pela Mesa do Conselho, pelos seguintes falecimentos ocorridos recentemente: ex-Conselheiro Roberto Antoniazzi, associado Veterano (carinhosamente conhecido por “Terror”), tendo apresentado idêntica proposta o Conselheiro Carlos Roberto Sá de Miranda Bório; Associado Veterano Sérgio Antônio Matheus Bei, pai da associada Mariana de Caprio Bei Balarin, esposa do Conselheiro Isael Balarin Junior, e pai do associado Sérgio Antônio Matheus Bei Filho; Sra. Wanda Confessori, mãe da Sra. Maria Cláudia Confessori Machado, Assessora do Departamento de Assistência Social; ex-Conselheiro Marcelo Giosa Sasso, Associado

Veterano, irmão do Conselheiro Ricardo Giosa Sasso, tendo o Conselheiro Carlos Roberto Sá de Miranda Bório formulado proposta no mesmo sentido. Também apresentou ao Plenário e foram acolhidas duas proposições de iniciativa do Conselheiro Carlos Roberto Sá de Miranda Bório, a primeira, consignando votos de pesar pelo falecimento do ex-associado Roberto Corrêa Sorbo e pelo falecimento do Associado Sócrates Fonseca Guimarães; e, a segunda, formulando voto de pronto restabelecimento do Conselheiro Marco Antonio Senise Geretto, que recentemente foi submetido a uma cirurgia e se encontra em convalescença, tendo a Mesa do Conselho subscrito a proposição. Prosseguindo, submetidas ao Plenário, foram consignados os seguintes votos de louvor: 1) de autoria do Conselheiro Luís Felipe Barbosa Campos, às equipes de Handebol Adulta Feminina e Masculina, campeã e vice-campeã respectivamente da Supercopa do Brasil de Handebol, realizada em Brasília, entre os dias 22 e 30 deste mês; 2) proposta pela Conselheira Beatriz Luiza Asson Sartorelli propõe voto de louvor à equipe de Bolão do Clube, que se sagrou Campeã Mundial da categoria neste mês de março; 3) formulada pela Primeira Secretária Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha, à Associada Maria Cristina Zucchi, que, na data de hoje, encerrou sua brilhante trajetória na magistratura, tendo a Mesa do Conselho subscrito esta proposta.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – Propôs os seguintes votos de louvor: 1) à equipe do Bolão, em especial ao Diretor Adjunto Rogério Arkie, pela realização do Campeonato Mundial de Bolão sediado pelo Pinheiros; 2) à seção de Tênis, ao Diretor Adjunto de Tênis e toda equipe, pela realização do evento Memorial do Tênis Brasileiro, no último final de semana, que contou com a presença de Carlos Alberto Kirmayr, Vera e Paulo Cleto e Luiz Mattar. Votos aprovados.

Andreas de Souza Fein – Propôs voto de pesar pelo falecimento da associada tenista Úrsula Iracema Beck Abeling, viúva do associado Hans Abeling, mãe da associada Claudia Abeling, que era irmã dos associados Petar Beck, também já falecido e Jurandir Beck e Dieter Jurandir Beck, também tenista praticante. Prosseguindo, reportou que na reunião de 27 de janeiro passado solicitou que fosse replantada uma árvore que fora erradicada da área do bar do Tênis, comunicando que o exemplar removido foi substituído por uma Sibipiruna, bem como que na mesma oportunidade havia pleiteado fosse realizado acabamento na porta-cortina instalada no vestiário masculino do Tênis, o que também já foi feito. Pela presteza das ações e pelo cuidado com a manutenção do nosso parque arbóreo, propôs votos de louvor às Diretorias de Área de Patrimônio e de Operações. Finalizando, elogiando o evento, associou-se ao voto proposto pelo Conselheiro Luiz Eduardo do Amaral Cardia, pela realização do Memorial do Tênis Brasileiro, que aconteceu no bar do Tênis, referindo que o projeto do edifício do Tênis contemplou as necessidades do Tênis e previu necessidade de realização de eventos pertinentes àquele esporte e permitiu ao Pinheiros receber essa exposição; um evento do MTB, comprovando a necessidade, o acerto de respeitar as respectivas vocações das instalações construídas para as demandas dos diferentes esportes do Clube. Comentou que além dos tenistas mencionados pelo Conselheiro Cardia, estiveram presentes o Presidente da Federação Paulista de Tênis, a Confederação Brasileira de Tênis, entre vários outros; várias Diretorias contribuíram

para o sucesso do evento, motivo pelo qual estendeu o voto de louvor Antonio Carlos Motta, que apresentou o Memorial ao Clube, a Hugo Scott, Maurício Marques, para a toda Diretoria do Tênis e também para todas as Diretorias, na pessoa do Presidente Carlos Alexandre Brazolin, que apoiou a iniciativa e emprestou muito apoio para esse evento. Propôs, ainda, voto de congratulações para o idealizador e fundador do Memorial do Tênis Brasileiro, o jornalista Walmor Elias, que é ex-Presidente da Federação Gaúcha de Tênis. Votos aprovados.

José Ricardo Pinheiro Lima – Solidarizou-se com o Conselho pelas recentes perdas de amigos, comentando que há quase dez anos faz parte de uma confraria, da qual o saudoso ex-associado Roberto Sorbo também participava. Lembrou que o ex-Conselheiro Reynaldo Battaglia Nogueira, a despeito de se dizer que “há uma união dos povos quando se acaba a olimpíada”, indagava: Por que no Conselho não tem essas gestões como nas olimpíadas? Nós Conselheiros nos uníssemos para a próxima gestão, desejando o máximo sucesso, independentemente de chapa e de qualquer coisa. Finalmente, referiu-se a Marcelo Giosa Sasso, que foi seu companheiro de Polo Aquático.

Carlos Roberto Sá de Miranda Bório – “... Venho aqui pedir uma grande homenagem a uma grande colaboradora, ela mexe com a saúde do associado, porque é muito importante para todos nós. Ela faz parte do grupo de orientação médica do nosso Programa de Esporte e Saúde, que está completando quase 30 anos, cujo início foi com o Dr. Novaes. Falo da Dra. Kathia Helena Takiuti. Ninguém entra no Esporte e Saúde sem passar pelo crivo dela. Diante do crivo dela, inúmeras vidas foram salvas. Falo até com autorização, sem tê-la em mãos, porque ele falou comigo ainda hoje: Bório, devo minha vida à Dra. Kathia. Falo do nosso amigo Conselheiro Marco Geretto. Então, Presidente, são pessoas que têm de ser homenageadas. Ela é muito minuciosa, a cada seis meses tem o carinho de passar para cada um dos quase 300 participantes do plano Esporte e Saúde, a necessidade de que eles façam os exames clínicos. E ali ela tem constatado vários problemas de saúde que todos nós temos, mesmo que silenciosamente. Era isso que tinha a dizer. Muito obrigado.” (Pronunciamento transcrito a pedido do orador.) Aprovado.

Presidente – Leu carta recebida do Presidente da Diretoria, Carlos Alexandre Brazolin (DI. 015/2025, de 31/03/2025, nos seguintes termos: “Prezado Senhor. Servimo-nos do presente para informar que após meses de avaliação técnica sobre alternativas para ampliação e aprimoramento dos serviços de atendimento de emergência médica, com os mais renomados hospitais de São Paulo, o Esporte Clube Pinheiros e Associação Beneficente Síria, mantenedora do HCor, chegaram ao entendimento de parceria para operação do ambulatório principal do Clube e a criação de um novo posto avançado no entorno do prédio do Centro Esportivo. A partir de agora, os dirigentes e profissionais das duas partes darão andamento nas fases seguintes para formalização do acordo e início do novo formato de operação. Cumpre esclarecer, ainda, que encaminharemos ao Conselho Deliberativo as devidas atualizações na medida em que houver fatos relevantes que requeiram ser compartilhados.”

6) ORDEM DO DIA**Item 1 - Apreciação da Ata da 767ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 24 de fevereiro de 2025.**

Luiz Carlos Augusto Meza – Propôs fossem feitas as seguintes retificações na página 39 da Ata: onde: Temos hoje 1.500 crianças aproximadamente,... “em” longas filas..., faltou o complemento “em”; logo embaixo: Quanto vale um terreno novo de 5.200 m... É “5.200 m²”, faltou o símbolo do quadrado.

Presidente – Não havendo manifestação em contrário, declarou a Ata aprovada com as correções solicitadas.

Item 2 - Apreciação do processo CD-21/2024, referente ao recurso de revisão interposto por treze (13) Conselheiras e Conselheiros, contra decisão do Conselho Deliberativo objeto da Resolução nº 29/2024, de 16/12/2024, que aprovou a retirada de pauta do pedido de autorização formulado pela Diretoria, de utilização de recursos do Fundo Especial no valor de até R\$1.013.263,41, para ampliação e reforma do ginásio de Fitness.**Pronunciamentos:**

Presidente – Vou me permitir fazer um breve relatório ao Plenário. Em 08 de agosto do ano passado, a Diretoria protocolou no Conselho a carta DI. 501/2024, de 07 de agosto de 2024, solicitando autorização do Conselho Deliberativo para utilizar recursos do Fundo Especial no valor de R\$1.013.263,41, para ampliar e reformar o ginásio de Fitness. A matéria foi trazida para apreciação na reunião extraordinária de 30/09/2024, e o Plenário, depois de extenso debate, deliberou pela retirada do processo de pauta, para esclarecimentos a serem prestados pela Diretoria. A Diretoria prestou os esclarecimentos através da carta DI. 733/2024, de 29/10/2024 (fls. 94/99) e foi novamente ouvida a Comissão Permanente de Obras (fls. 104/146), já que se tratava de matéria de ordem eminentemente técnica. Na reunião extraordinária de 16/12/2024, a matéria foi novamente apresentada para deliberação do Conselho Deliberativo. Naquela oportunidade, a requerimento de um Sr. Conselheiro que entendeu não estar a matéria suficientemente esclarecida, foi aprovada a retirada de pauta pelo Plenário, nos termos da Resolução nº 29/2024. Em 20/01/2025, o ilustre Conselheiro Efetivo Dr. José Manssur, acompanhado por doze Conselheiras e Conselheiros, interpôs recurso de revisão, pretendendo anular aquela decisão que aprovara a retirada da de pauta, conforme Resolução 29/2024. Em apertada síntese, os recorrentes entendem que “a decisão é nula de pleno direito, na medida em que violou, frontal e diretamente o disposto no artigo 38, inciso III, do Regimento Interno do Conselho Deliberativo.”, e propõem que provido o recurso para, uma vez anulada a decisão de retirada de pauta, seja submetido ao Plenário o seguinte quesito: “Os esclarecimentos prestados pela diretoria são suficientes a ensejar a aprovação de seu pedido de autorização de verba do Fundo Especial até o montante solicitado, às

finalidades de proceder à reforma do Fitness?” O recurso foi recebido por esta Presidência apenas no seu efeito devolutivo. Foi ouvida a Comissão Permanente Jurídica – fls. 217/219 – que analisou a matéria e assim se manifestou: “O recurso é tempestivo, foi apresentado por treze Conselheiros no exercício do cargo e dirigido ao Presidente do Conselho Deliberativo, em consonância aos artigos 45, inciso IX, do Estatuto Social, 48, 76, inciso IX e seu parágrafo único, do Regulamento Geral e o artigo 14, inciso XX, do Regimento Interno do Conselho Deliberativo. Todos os envolvidos foram cientificados da decisão que recebeu o recurso e determinou sua remessa para parecer da Comissão Permanente Jurídica, sem contrarrazões. Assim, o recurso preenche todos os requisitos estatutários e regimentais, encontrando-se regular e formalmente em ordem, com a observação dos princípios da ampla defesa e do contraditório, razão pela qual este Relator entende que inexistente qualquer irregularidade na instrução do procedimento, devendo o recurso ser apreciado e julgado pelo E. Conselho Deliberativo, nos termos do artigo 76, IX, do Regulamento Geral.” Este é um breve relato da matéria que submeto neste momento à discussão pelo Plenário do Conselho Deliberativo do Esporte Clube Pinheiros. Então, vamos conceder a palavra ao ilustre Conselheiro Renan Poli, V. Sa. tem a palavra pelo tempo regimental.

José Manssur – Sr. Presidente, me coloco, à luz do princípio do contraditório, como fui o primeiro subscritor do recurso, caso o senhor entenda pelo transcurso dos trabalhos que se devesse ouvir quem elaborou o recurso, acompanhado de 13 Conselheiros, estou à disposição, Sr. Presidente.

Presidente – Vossa Senhoria terá a palavra.

José Manssur – Perfeito.

Presidente – Conselheiro Poli, dado o requerimento formulado pelo ilustre Conselheiro Efetivo, já que subscritor do recurso, indago a V. Sa. se permitiria que o Conselheiro Efetivo José Manssur iniciasse o seu pronunciamento, em seguida daria a palavra a Vossa Senhoria.

Renan de Freitas Poli – Sim, sem dúvida.

Presidente – Muito obrigado, Conselheiro Poli.

José Manssur – Os demais inscritos também concordam?

Presidente – Sem dúvida, os demais terão a palavra concedida.

José Manssur – Estou observando um princípio constitucional.

Presidente – Não tenha dúvida. Peço desculpas ao Conselheiro Renan Poli e agradeço pela consideração.

José Manssur – ... O caso em exame, bem retratou V. Sa. no relatório apresentado à consideração das Sras. e Srs. Conselheiros. Trata-se de recurso de revisão manejado por 13 ilustres Conselheiras e Conselheiros, contra a decisão do Conselho Deliberativo, que pela segunda vez aprovou a retirada de pauta do pedido de autorização formulado pela Diretoria, de utilização de recursos do Fundo Especial no valor de até R\$1.013.263,41, para ampliação e reforma do ginásio de Fitness, sem sombra de dúvida anseio do corpo associativo, a quem devemos obviamente considerar como destinatários finais de todos os nossos trabalhos. Esse indicado pedido da Diretoria fora apresentado, como V. Sa. bem relatou, pela primeira vez à discussão e deliberação do Conselho Deliberativo na reunião extraordinária do dia 30 de setembro de 2024, sendo que após amplo e exauriente debate, prolongado por mais de 2 horas um relevante tema, considerado de interesse do corpo associativo, restou concluído o debate e declarada encerrada por V. Sa. a fase de discussão. Nessa oportunidade da apreciação pela primeira vez do tema, a decisão de mérito que era o pedido da Diretoria no exercício de sua gestão não foi pronunciada a decisão de mérito, por isso que acolhido o pedido de ilustre Conselheiro de retirada de pauta, conforme consta da Resolução 22/2024. Por tal razão, retirada de pauta, o processo retornou à Diretoria, Sr. Presidente, que no dia 20 de outubro de 2024 prestou os esclarecimentos, fato gerador do pedido da retirada de pauta, tendo como norte os termos que embasaram o amplo debate e que culminou não com a votação de mérito, mas sim do acolhimento do pedido de retirada de pauta. À oportunidade informara a Diretoria, nesse ofício que se encontra encartado às fls. 94, em atenção à resolução da retirada de pauta, que os esclarecimentos prestados foram previamente alinhados com a Comissão Especial, – Que é de conhecimento desta Casa – tendo instruído esses seus esclarecimentos com um Alto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, fls. 96, e peças gráficas do projeto básico da reforma pretendida, anseio do corpo associativo, fls. 97/99. Recebidas as informações no Conselho, V. Sa. de forma diligente, como dissera, fls. 100, solicitou o parecer da digna Comissão de Obras, que se encontra encartado às fls. 104/114, que esclareceu a uma só voz que limitava os seus esclarecimentos, afirmando que foram analisados pela Diretoria os motivos que ensejaram a retirada de pauta, item 4.1, fls. 108. Concluindo no item 5.1, a recomendação de novamente ser apreciado o pedido da Diretoria, objetivando a ampliação do Fitness. Todavia, Sr. Presidente, na reunião do dia 16/12/2024, reabrindo-se a fase de discussão nos mesmos termos havidos na reunião anterior, acolheu-se a proposta de pela segunda vez retirar-se a questão de pauta, sem que houvesse como de rigor deliberação, decisão de mérito, que é a função precípua deste Conselho, porque deliberativo vem do verbo deliberar. E deliberar é decidir. A questão em discussão – Solicito, por favor, a projeção do artigo 38, inciso III, do Regimento Interno do Conselho Deliberativo. **(Projeção)**. A norma regimental, cuja projeção aguardo, é clara, o que ela diz: A proposição discutida na reunião anterior, com votação adiada, caso em que não haverá nova discussão. Mas amplo a interpretação: deve haver sim os pedidos de esclarecimentos em razão das informações solicitadas à Diretoria. Mas discutir-se novamente por horas a fio aquilo que já fora falado anteriormente, aí com a devida vênia e das compreensões em contrário – Só vou concluir, Professor André, e com muita honra darei a palavra ao senhor, só para não perder a sequência – Por óbvio, Sr. Presidente, que a norma

regimental é clara: Proposição discutida na reunião anterior, com votação de mérito adiada como ocorreu, é imperativo em que não se pode reabrir a discussão, a não ser para pedidos de esclarecimentos, porquanto a discussão anterior exaurira o tema. Mas não foi apenas isso que ocorreu, Sr. Presidente. Houve após a discussão longa, também mais de 2 horas, um novo pedido de retirada de pauta. Este é o ponto nodal do presente recurso, como, aliás, pontificou a douta Comissão Jurídica em ilustrada relatoria. Não estou aqui a sustentar a aprovação ou rejeição do projeto da Diretoria, estou aqui a sustentar que há uma norma expressa que estabelece que a proposição discutida da reunião anterior com votação adiada não enseja uma nova discussão sobre o mesmo tema. É esta a questão que se expõe neste recurso, Sr. Presidente. O que este recurso, portanto, busca, é afastar a retirada de pauta, para não se criar o círculo vicioso de ir e voltar com pedidos de retirada de pauta através da garimpagem de eventuais irregularidades que impeçam a este Conselho a exercer a sublime atribuição que o corpo associativo lhe conferiu, o de decidir o mérito das questões, de enfrentar o fulcro das questões e não ficar apenas e tão somente nos pedidos de retirada de pauta. Julgue-se o mérito, se o projeto não estiver adequado solicita-se sua rejeição. Se ele estiver em conformidade aprova-se a solicitação, porque deliberar é decidir, é decidir o mérito e assim sucessivamente nós vamos continuar com sucessivos pedidos de retirada de pauta. ... Então, Sr. Presidente, quero deixar às Sras. e Srs. Conselheiros estabelecido o seguinte: O recurso não objetiva aprovar neste momento ou rejeitar a proposta da Diretoria, o recurso objetiva, à luz da disposição estatutária, estabelecer que retirada de pauta com discussão ampla havida, ele tem de ser enfrentado em seu mérito, donde o quesito por mim formulado. Assim, Sr. Presidente, quero com muita honra dizer que continuo com os meus princípios e com eles, Sr. Presidente, eu faço esta sustentação. Sabe, V. Sa. e muitos dos que estão aqui, pelos anos que vivi nesta Casa e ainda permaneço, e reproduzindo a fala de um poema exuberante e de uma música imortal. Eu conheço os passos dessa estrada e conheço também as pedras do caminho. Mas com os meus princípios, Sr. Presidente, jamais estarei sozinho, porque vou lutar o bom combate, impedindo garimpagem de eventuais nulidades a afastar atribuição maior do mérito. Porquanto, Sr. Presidente, em poema imortal: A vida é luta, luta árdua que aos fracos abate, mas aos fortes e aos bravos, somente faz exaltar. Superada a questão que está estabelecida no nosso ordenamento institucional, do qual podemos até divergir, estamos em meio a uma reforma do ordenamento institucional, mas como disse um dos grandes homens deste país: Divergir, sim. Discordar, nunca. Afrontá-lo, jamais. E aqui está a norma. Razão pela qual, Sr. Presidente, afastada essa questão, porquanto a matéria já se encontra madura, poderíamos apreciar o mérito com o quesito que usei apresentar a Vossa Senhoria: Se os esclarecimentos prestados pela Diretoria são suficientes a ensejar a aprovação, que esta Casa tem a coragem como sempre teve ao longo de mais de 80 anos, de deliberar o mérito, acolhendo ou rejeitando, mas sucessivos pedidos de retirada de pauta ferem frontalmente nosso ordenamento institucional. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

André Franco Montoro Filho (aparte) – No dia 29 de outubro de 2024, o Sr. Presidente Carlos Alexandre Brazolin mandou um ofício ao nosso Presidente, Dr. Guilherme, fazendo esclarecimentos – Isso já é entre a primeira e a segunda –

esclarecimentos sobre solicitação de autorização do Fundo Especial etc., e diz o seguinte: sobre o layout do ginásio do Fitness enviamos nos documentos anexos uma proposta do novo, insisto, layout desenvolvido pelos profissionais técnicos do Clube junto com a consultoria especializada contratada, sem escada e já considerando a quitação, aí seguindo. Mas o ponto essencial é que nós não discutimos algo que já tinha sido discutido, a própria Diretoria ou o próprio Presidente diz que é uma coisa nova. E foi nessa coisa nova que acredito que o Conselho fez a discussão. ... Estou só fazendo esse esclarecimento. Eu acho que devemos deliberar e acho que hoje devemos ir pelo mérito mesmo e discutir, o que entendo é que foram dadas à Diretoria duas chances para apresentar um projeto que atendesse a certas demandas dos Conselheiros, que foi indicado alterações e não foi feito. Então, acho que não tem mais discussão, é ir para o mérito e aceitar. Mas queria dizer simplesmente que o Conselho e o Sr. Presidente não cometeram nenhum ato ilícito. Pelo contrário, houve nova discussão porque havia um fato novo.

José Manssur – O senhor me permite um esclarecimento? Fico até lisonjeado com seu aparte na medida em que praticamente ele consagra a tese que estou a defender, que é a decisão de mérito, superada essa preliminar. Quando a Diretoria apresentou os esclarecimentos, Dr. André, eu disse isso e o relatório afirmou, o Sr. Presidente do Conselho submeteu à douta Comissão de Engenharia e neste ofício ao que o senhor se reporta está dito, inclusive a Comissão de Engenharia acentua, que essa matéria foi submetida à Comissão Especial. Portanto, quando se retirou de pauta, foi à Diretoria e ela trouxe esses esclarecimentos, nós tivemos sim, Dr. André, e corretamente, a discussão desse tema. Mas sabe o que aconteceu após a discussão desse tema, Dr. André? Houve novo pedido de retirada de pauta. Se retirar de pauta, voltar à Diretoria e ela prestar os esclarecimentos haverá um novo pedido de retirada de pauta, porque a intransigência que está a haver aqui, Dr. André, não é de caráter fático-técnico, é de caráter político-partidário e é por isso que nós não votamos o mérito. Nós precisamos votar o mérito. Os esclarecimentos prestados não são suficientes a ensejar ampliação do Fitness, vota-se pela rejeição. São suficientes, vota-se pela aprovação. Ouço vozes, Dr. André, são 11 mil frequentadores do Fitness que estão a falar aqui ao lado e nas alamedas que nós precisamos decidir se vamos ampliar ou se não vamos ampliar. E pela segunda vez nós estamos retirando de pauta um tema sem exercer a sublime missão para a qual fomos eleitos, a de decidir o mérito das propostas apresentadas. Ou se aprova ou se rejeita. Eu não estou aqui a defender a aprovação ou a rejeição, como bem salientou a douta Comissão Jurídica, eu estou aqui a defender a observância do Regimento Interno do Conselho Deliberativo. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Renan de Queiroz Poli – ... Sou um dos signatários desse recurso. Se puder reproduzir o mesmo artigo eu agradeço.

- **Projeção.**

Renan de Queiroz Poli – Não vou aqui estender e reiterar as brilhantes palavras do Dr. Manssur, mas queria falar um pouquinho da questão conceitual e motivacional

desse recurso, como já falado que a questão não é aqui defender ou não o Fitness, mas o rito de trabalho que nós temos aqui neste Conselho. Nós temos 215 Conselheiros, além do Presidente que não vota, e as discussões, já aprendi nesse pouco tempo que estou aqui, que elas podem se estender em filigranas, indo a discussão para Marte, Vênus, enfim, ela sai, vai para N lugares, mas a gente respeita, está tudo certo. Todo Conselheiro tem direito à voz, se inscreve aqui, vem falar e os demais respeitosamente tem de ouvir. Concordar ou não, faz parte aqui da nossa democracia no Clube. O que acontece é que a gente tem uma demanda enorme de pautas para serem apreciadas e discutido o mérito. Aqui no Regulamento Geral isso não está à toa, o dispositivo – Até vou divergir um pouquinho do Dr. Manssur – acho que a gente tem de ter muito cuidado quando lê ali e dá novas interpretações, porque está expresso que não haverá nova discussão para uma proposição já discutida. O que a gente teve aqui foi uma proposição que foi discutida até o fim, o Presidente informou que não havia mais inscritos para falar sobre o tema. Então, a discussão da proposta foi feita. Então, havia dúvidas, é papel da Diretoria esclarecer essas dúvidas do que foi retirado de pauta, mas a gente não inicia um novo debate, o Regulamento Geral não permite, porque ele quer que a gente trabalhe de outra forma. Então, assim, não dá para a Diretoria vir aqui com uma proposta de laranja, aí o Conselheiro: Hum, está frio, está quente, não sei. Volta. Vem lá banana. Volta. Vem uma melancia. Quer dizer, o que está sendo proposto: A gente concorda ou não. A gente não vai saber, porque vai ficar querendo fazer um bate-bola sem apreciar o mérito, quando está expressamente dito que não é para fazer assim. Então, se a gente abre esse precedente, eu vi isso ao longo da semana, o pessoal querendo flexibilizar um pouco esse conceito ou colocar: Ah, não, a discussão é nova, do tema novo, sendo que a gente sabe que foi reprisada uma série de questões, como fazer ou não o Mezanino. A gente discutiu novamente o Mezanino que não fazia parte da proposta. Foi esclarecido. Foi esgotado o debate e isso voltou à tona. Aí novamente se retirou de pauta. Então, sou um dos signatários desse recurso, porque acho que a gente tem de ordenar o debate aqui, senão não conseguiremos evoluir na apreciação das ideias que os associados que nós representamos nos trazem. Muito obrigado.

Ana Lucia Freitas Schmitt Correa – ... Venho aqui falar que efetivamente não concordo com esse recurso de revisão, Dr. Manssur, vou ter de discordar do senhor. O artigo 38, no inciso III, obviamente que todo mundo leu, fala o que o Dr. Manssur falou. Mas acho que existe outra questão, o inciso IV diz que a proposição constante da reunião anterior com discussão iniciada. Entendo que a gente não encerrou a discussão naquela primeira reunião.

José Manssur (fora do microfone) – Está na ata.

Ana Lucia Freitas Schmitt Correa – Não, Dr. Manssur, entendo o seguinte, entendo que quando o último Conselheiro veio falar, o Presidente falou assim: Vamos propor a retirada de pauta para que a Diretoria apresente os esclarecimentos, isso não significou assim: Vamos acabar a discussão, porque os esclarecimentos não eram somente com relação ao AVCB, era com relação ao local onde será feito alongamento, era com relação ao banheiro, era com relação à hipótese do Mezanino, era com

relação à circulação, então, entendo que a gente não esgotou aquela discussão. E acho que quando retira de pauta, isso no meu ponto de vista tem de ser pensado daqui para frente, quando se para uma votação e se retira de pauta tem que ficar claro: A gente encerrou a discussão aqui, vamos aguardar os esclarecimentos e se vamos votar. Ou a gente encerrou a discussão aqui, vamos aguardar os esclarecimentos e voltar novamente ao ponto. Acho que nesse caso a gente não encerrou a discussão, entendo que neste momento, naquela primeira reunião os Conselheiros, pensando efetivamente no sócio e no praticante do Fitness, não queriam negar a reforma do Fitness, queriam que viessem algumas informações e algumas alterações que eles entendiam que eram necessárias. Então, entendo que a discussão não foi encerrada ali e o fato de se: Oh, acabaram os inscritos, mas vamos retirar de pauta não significa que acabou, porque alguém poderia ter feito um aparte. Então, entendo que a gente não estava com a discussão encerrada – Só um minuto, Dr. Manssur, já atenderei ao senhor – Fora que o Conselheiro falou que a Presidência, a Diretoria apresentou um novo projeto, então, deu abertura a uma nova discussão. E o que foi apresentado não foi a contento do Conselheiro. Veio novamente, a gente perguntou: E o Mezanino? Na segunda reunião que a gente teve, o Mezanino foi assim: A gente não sabe sobre o Mezanino, porque tem de fazer um estudo maior, então, a gente não pode falar se o Mezanino é bom ou ruim. Então, acho que a gente conseguiu, de novo a gente não esgotou a discussão. E acho que essa segunda retirada de pauta não foi uma questão política, não foi uma abordagem política, mas foi uma abordagem pensando no sócio. Nós não queremos reprovar, vamos tirar para melhorar, porque a gente quer que o sócio tenha o melhor. Porque fazer uma parte das coisas e não pensar no resto, acho que a maioria entendeu que seria melhor isso. Então, entendo que o recurso, 1, a retirada de pauta caberia. Caberia discussão no primeiro recurso e caberia no segundo. Entendo que o senhor e o Conselheiro anterior falaram: Ah, mas a gente não pode ficar retirando tudo de pauta. Concordo que não se pode retirar tudo de pauta, mas todo mundo sabe o anseio do sócio para reformar e melhorar o Fitness e ninguém queria reprovar um projeto porque não tinha um esclarecimento com relação ao Mezanino, com relação à circulação, com relação à alocação do alongamento etc. De verdade, eu não encontro aqui no Regimento a impossibilidade de em não sendo esgotada a discussão, de ser retirado de pauta mais uma vez. Então, por isso que entendo que esse recurso não pode ser acolhido, é isso que entendo. Agora darei a palavra ao senhor, doutor.

José Manssur (aparte) – Agradeço a gentileza da senhora. As questões trazidas ao Conselho praticamente têm três partes: O Presidente proclama o item da Ordem do Dia, faz um breve relatório, primeira parte. É uma pergunta – Não vou fazer, há hábito de se usar o aparte para se fazer. Mas, não, eu vou ficar nos meus dois minutos, só estou dando esse enquadramento à senhora – Terminada esta parte abrem-se os debates, é a fase da discussão – Com opiniões divergentes e isto é muito importante, porque nós temos de ter uma polarização construtiva e não uma radicalização destrutiva. Então é bom que tenhamos, com respeito, todos os debates, como procuro ao longo de mais de 40 anos, fazer aqui dentro – Faz-se a discussão. A partir do momento que o Presidente postou em ata, declara: Está encerrada a discussão. Vamos à votação. Há um pedido de retirada de pauta, está tipificada a hipótese, ele

declarou encerrada a discussão. Retirou de pauta, foi aprovada retirada de pauta. Razão pela qual, tenho de fazer a pergunta à senhora, primeira pergunta: Declarada encerrada a discussão, houve a votação pelo equipamento eletrônico da primeira preliminar, retirada de pauta. Ela foi aprovada. A senhora concorda com isso, na primeira reunião...

Ana Lucia Freitas Schmitt Correa – Não.

José Manssur – Esse fato é notório.

Ana Lucia Freitas Schmitt Correa – Mas pelo que me lembro da primeira reunião, foi assim: Olha, vamos fazer o seguinte, vamos retirar de pauta. Não foi assim: Vamos encerrar a...

José Manssur – Mas houve votação para retirada de pauta.

Ana Lucia Freitas Schmitt Correa – Sim, tem de haver uma votação, mas isso não significa que o mérito foi encerrado. A discussão foi: Vamos encerrar aqui essa discussão para os esclarecimentos. Não foi encerrada a discussão quanto ao projeto. Acho que isso é um ponto, como já falei, que tem de ficar claro e cada vez mais claro aqui para a gente não ter de ficar nesse embate.

José Manssur – Perfeito, concordo com a senhora. Aí se retirou de pauta. Retirada de pauta, voltou à Diretoria. Ela prestou os esclarecimentos que entendeu de prestar. Houve a oitiva das Comissões, passou pela Comissão Especial e pela Comissão de Engenharia, que acentuou isso. É aí que estou de acordo com a senhora, é deliberar se esses esclarecimentos são ou não suficientes para aprovação ou rejeição e não nova retirada de pauta.

Ana Lucia Freitas Schmitt Correa – Então, Dr. Manssur, o problema é que esses esclarecimentos que vieram não foram suficientes, eles não responderam a questão do Mezanino...

José Manssur – Então, se rejeita o projeto, doutora.

Presidente – Conselheiro Manssur, por favor, não há debate. Conselheira Ana Lucia, desculpe.

Ana Lucia Freitas Schmitt Correa – Gostaria de continuar com o senhor, Dr. Manssur, o senhor sabe. Era isso que tinha para falar, acho que efetivamente o recurso não pode ser recebido, porque foi correta a primeira e a segunda retirada de pauta. Boa noite. Obrigada.

Francisco Antonio Vassellucci Filho – ... Não sou jurista e me antecederam aqui nesse púlpito três grandes conhecedores de lei. Não estou aqui para falar da questão técnica e nem vou aceitar aparte sobre questão técnica, eu estou aqui como mero

Conselheiro. Acho que a maior parte deste Conselho não é de jurista, a maior parte deste Conselho respeita a tecnicidade das discussões que acontecem aqui, mas sinto que existe, dessa intolerância que o Dr. Manssur falou, existe um cansaço, até com oportunismo, porque vejo aqui, estou aqui há 15 anos e já cansei de ver jurista aqui que defende um ponto e com a mesma força defende o ponto contrário na situação pertinente seguinte. E nós ficamos nesse embate e reféns dessa situação. Vejo a coisa muito parecida como a Ana Lucia, que me antecedeu. Eu estava aqui nas duas reuniões. Não achei que o assunto estava esclarecido na primeira. Também quero a reforma do Fitness, também entendo e escuto toda hora gente me reclamando: Esse Fitness não vai reformar, não vai ampliar. Também acho que é nossa obrigação aprovar uma reforma para o Fitness, mas entendi naquela primeira reunião que houve questões pertinentes, inclusive sobre o escopo do tipo de reforma que íamos colocar no Fitness. E não senti, quando a Diretoria esclareceu em outubro, eu não me senti esclarecido. E quando veio de novo em dezembro eu entendi a insatisfação do Plenário, também percebo, porque não foi minha intenção, eu votei as duas vezes para retirar de pauta. Não estou querendo prejudicar funcionário, não estou querendo prejudicar a Diretoria, somente acho que em algum momento aqui a gente vai ter de entender se quer ser feliz ou quer estar certo. E às vezes a sensação que tenho é que na parte da gestão a gente quer estar certo. A gente não consegue entender as meias palavras, o recado que foi passado. Acho que seria melhor se a gente tivesse ao invés de já ter respondido em outubro, mas não sou parte da gestão, tivesse olhado toda aquela discussão, que está em ata, tudo que foi falado está em ata, para entender o escopo da insatisfação e trazer algo mais completo. Com certeza não teria retirado de pauta de novo. Agora, a sensação que me dá, e não sou jurista, eu que não quero reprovar algo, porque sei que depois de reprovado, a dificuldade de fazer de novo e trazer para a pauta é muito maior e que achava que ao tirar de pauta dava uma genuína oportunidade para a Diretoria refazer direito, sem perder tanto tempo, fico com a sensação que o negócio é melhor votar e rejeitar. Então, vou deixar para vocês juristas essa discussão técnica, que não me cabe, não me pertence, mas que me incomoda. E me incomoda a quantidade de recursos que vêm para cá, porque vou falar depois em Várias sobre e, sinto muito, sobre a ineficiência nossa enquanto Conselho. Nós estamos desde outubro de 2021, eu acho, com uma Comissão Especial para analisar os Estatutos e ordenamentos do Clube, que não nos trouxe nada ainda. Acho que esse quesito também deveria ser analisado, porque não é só que o Conselho é mutante, o Plenário que estava em setembro não era o Plenário de dezembro e inúmeras matérias que debate aqui às vezes é necessário que se debata de novo. Então, não sei se é certo adotar uma nova discussão e também não senti que tinha encerrado, então, em vez de ficar se batendo no texto jurídico, talvez a gente devesse procurar um caminho mais inteligente. Eu me preocupo demais com essa quantidade de recursos, porque acho que está abrindo um precedente. Nós já não somos os mais eficientes e vai ficar cada vez mais difícil. Então, peço a vocês que entendem dos conceitos jurídicos, que nos deem a luz e se for necessário eu vou votar hoje, mas preciso dizer que não quero reprovar a reforma do Fitness, mas se a matéria não estiver esgotada, ao meu contento é o que vai acontecer, do meu lado pelo menos, que é algo que não queria que acontecesse. Então, a gente precisa tomar muito cuidado com aquilo que deseja. Obrigado.

Silvana Amaral Velloso Fein (aparte) – Só gostaria de fazer um aparte, Vassellucci. Queria dizer o seguinte, acho que a gente deveria ter discutido esse projeto antes de vir para cá, então, estamos reiteradamente entrando em debate político e não estamos discutindo o que é certo. É o procedimento que está errado, o procedimento anterior de vir para esta Casa. Nós não estamos participando do projeto. Quando o projeto teria de voltar, ela deveria ter convidado pessoas-chave. Essas pessoas-chave se ligam à sua turma, explicam à sua turma como é que está o projeto. A sua turma debate com ele, e fala: Não, achamos isso, achamos aquilo. E vamos fazer o projeto antes. E quando o projeto vem para Casa já está discutido com todos os grupos. O problema é que vem para bater boca aqui. Aqui não é lugar para bater boca. Boca a gente bate antes da reunião, na discussão do projeto.

Presidente – Conselheira, qual é o aparte, por favor?

Silvana Amaral Velloso Fein – Estou perguntando para ele se não acha que teria sido melhor?

Francisco Antonio Vassellucci Filho – Agradeço demais seu aparte, porque isso era algo que ia mencionar e acabei, no meio do meu pronunciamento, que foi aqui feito de forma espontânea, me esquecendo. Mas ia mencionar que quando entrei no Conselho há 15 anos havia um costume muito grande de quando se traziam as obras se convocar os grupos antes para apresentar o projeto e ouvir as considerações antes de as coisas serem trazidas. Acho que infelizmente o nosso Conselho é um pouco o retrato fiel e o reflexo fiel da polarização que está acontecendo no mundo todo e em todos os lugares. Eu sinto cada vez mais que a gestão fala para quem a apoia, a oposição fala para quem é contra e a gente não consegue mais se comunicar a ponto de a gente se esquecer dos procedimentos. Então, hoje é mais fácil trazer a coisa para ser debatida direto e tentar enfrentar na decisão do que tentar buscar o consenso. Sou um cara que respeita todas as opiniões, sempre fui um cara de conciliação e consenso. Acho errado a gente não estar discutindo as coisas antes de vir para cá, principalmente aquelas que são mais importantes e que atingem mais os sócios. Obrigado.

Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha (aparte) – ... Vassellucci, eu queria fazer só um comentário. Você citou a questão dos ordenamentos e aproveite para fazer um esclarecimento para meus colegas Conselheiros, porque às vezes a gente não consegue fazer uma prestação de contas, então, aproveite essa oportunidade. O seguinte, essa Comissão de Ordenamento foi criada em...

Francisco Antonio Vassellucci Filho – Outubro de 2021.

Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha – ...e por muito tempo ficou parada, realmente não teve movimento. E aí não me cabe discutir por que isso, não vem ao caso. O fato é que o Presidente, Dr. Guilherme, pediu que essa Comissão retomasse e isso foi feito no final de outubro. No final de outubro teve uma convocação e nós temos um grupo.

Imagina, final de outubro, novembro nos sentamos – Não sei se tem o nome de todos aqui.

Francisco Antonio Vassellucci Filho – Ainda são os 25 Conselheiros iniciais?

Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha – São 25, a gente convocou, nem todo mundo está, mas tem um grupo que começou a se reunir quinzenalmente desde outubro. Nós resgatamos, só para vocês saberem, alguns projetos que já estavam lá – O Conselheiro Tatit está aqui, a Dra. Ana Lucia que contribuiu também e junto com Conselheiros, como o Poli, o Ricardo, têm vários. Não quero nem citar nome, mas que também são os novos Conselheiros que passaram a integrar, também tem de trazer os novos Conselheiros dessa nova leva. Então, é uma Comissão Mista. Não vou ficar declinando nomes porque são vários – E aí começamos a trabalhar, fechar...

- **Conversas paralelas.**

Presidente – Conselheiros, por favor.

Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha – Alguma dúvida, por favor, pode falar, fico à disposição também.

Presidente – Conselheira Alessandra, qual é o aparte?

Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha – É o seguinte, a gente conseguiu fazer – Inclusive o Rodrigo Lara está com a gente – a gente conseguiu terminar. Aliás, acho que finalmente conseguimos finalizar os projetos antigos – Aliás, agradeço à Berenice, que estava lá – finalizar esses projetos que estavam lá parados. A gente revisou e finalizou em assuntos gerais e assim a gente começa uma nova leva de revisão. É isso. Muito obrigada.

José Marlon Salvador Barroso (pela ordem) – Presidente, pela ordem. Ainda que tenha muita importância o tema – Desculpa, Vassellucci – e será tratado provavelmente num outro item, não é exatamente a pauta.

Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha – Não é a pauta, mas como foi citado, precisava falar.

Presidente – Conselheira, por favor.

Francisco Antonio Vassellucci Filho – Só respondendo a Dra. Alessandra, estou acompanhando o processo final. Mas o fato é que independentemente de quem esteja conduzindo, faz três anos e meio que estamos com esse assunto em discussão e ele não é trazido. Tenho muitos anos de Conselho aqui, sei que este Conselho é formado por reformistas e formado por pessoas que querem manter o *status quo*. E a verdade é que infelizmente quem quer manter o *status quo* está vencendo essa briga de longe, porque a gente não consegue trazer pauta nenhuma para ser votada aqui.

Quando finalmente consegue, é derrubada porque quase ninguém quer mudar nada. Então, entendo isso, fico feliz que os trabalhos estejam avançando, não vejo a hora de trazê-los, para que a gente possa finalmente também, como diz o Dr. Manssur, deliberar e decidir. Obrigado.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – ... O que gostaria de trazer aqui para o Plenário é que estamos diante de uma situação de aprendizagem. Não existe em nossos ordenamentos algum instituto que se chame retirada de pauta. Existe a discussão não votada. Então, o que eu proponho aqui neste encaminhamento e o futuro, é que o Conselho não perca essa autonomia de não votar uma matéria que seja discutida. Mas o que acontece, em uma situação como essa a resolução do Conselho deve ser bem clara, a matéria não foi votada porque o Conselho percebeu vícios nesta matéria. Quais são os vícios? A resolução deve sim colocar os vícios. Olha a discussão de hoje: começou com AVCB, depois foi para o Mezanino, depois foi para o layout. Quais eram os vícios que deveriam ter sido respeitados para a não votação? Então, a minha proposta é para futuro, que nós tenhamos toda esta condição de nós como Conselheiros deixar bem claro quais são os vícios que estamos apontando na proposta e que na resolução fique claro quais são esses vícios. E a resolução coloque para a Diretoria que dentro de um prazo de até não sei quantos dias, isso caberá à Mesa decidir, que a Diretoria apresente a matéria para votação, com a sua proposta de correção de vícios. E caberá a esta Casa, com a soberania que tem, aprovar ou rejeitar, sem discussões. É isso, Sr. Presidente.

Rodolfo José Sanchez Serine – ... Venho a esta tribuna, com o devido respeito a todos os Membros deste Conselho, manifestar-me contrariamente ao recurso interposto por alguns Conselheiros, que tenta de forma equivocada e descabida reinserir uma pauta, um projeto que por duas vezes foi retirado do debate por decisão soberana e majoritária deste Plenário. A retirada de pauta do projeto de ampliação e reforma da seção de Fitness nas reuniões de 30 de setembro e 16 de dezembro de 2024 refletiu entendimento claro da maioria dos Conselheiros, o projeto apresentado pela Diretoria é mal elaborado, excessivamente oneroso e ineficaz, não atende aos verdadeiros anseios dos associados nem promove melhorias reais na experiência dos usuários. É importante destacar que o recurso apresentado se baseia no artigo 38, inciso III, do Regimento Interno, que trata de proposições cuja votação foi adiada. Muito bem, ocorre que como é de amplo conhecimento não houve qualquer adiamento de votação, a matéria não foi esgotada e não fora apresentado a este Plenário novos estudos, novos projetos, novas hipóteses que realmente atendessem a demanda e os anseios que o Fitness merece. O que houve foi a retirada de pauta, instrumento legítimo, respaldado pelo costume regimental e pelo princípio democrático que norteia os trabalhos deste Conselho. Em nenhum dispositivo do ordenamento jurídico do nosso Clube há impedimento ou limitação à retirada de pauta de uma matéria e tampouco a restrição objetiva quanto ao número de vezes que isso pode ser requerido. Trata-se de prerrogativa legítima dos Conselheiros, exercida quando entendem que uma proposta não está madura, adequada ou suficientemente desenvolvida para ser votada. Portanto, a retirada de pauta foi, além de legítima, uma atitude sensata e responsável, que permite à Diretoria, ou pelo

menos permitia que a Diretoria o fizesse, revisar, reformular e apresentar um novo projeto à altura das reais necessidades da seção de Fitness e das expectativas dos associados. A tentativa dos recorrentes de reinterpretar a retirada de pauta como adiamento de votação, com todas as vênias, é frágil, juridicamente insustentável e desmentida pelos próprios fatos. Explico: prova disso é que após a primeira retirada, o projeto não voltou às pautas das reuniões subsequentes, nem de 28 de outubro nem de 25 de novembro. O mesmo se deu após a segunda retirada, com ausência da matéria nas reuniões de 27 de janeiro e 24 de fevereiro de 2025. Trata-se, portanto, de uma tentativa infundada de reabrir uma discussão já resolvida de forma clara e democrática por este Plenário. Um projeto que não satisfaz os associados, que não resolve os problemas da seção e que foi considerado tecnicamente frágil e financeiramente oneroso não deveria sequer ter sido reapresentado nos mesmos moldes. Nosso papel como Conselheiros não é aprovar qualquer proposta apenas para gerar impressão de que algo está sendo feito. Ou fazemos com excelência, de forma bem elaborada, eficiente e alinhada às necessidades dos usuários ou devemos ter a responsabilidade e a coragem de rejeitar e cobrar melhorias. Eu não vou conceder aparte, Conselheiro, com todo respeito, desculpa. Reitero, portanto, meu posicionamento pela manutenção da decisão soberana deste Plenário e pela rejeição do recurso interposto. Reafirmo ainda meu compromisso de vir a esta tribuna sempre que necessário para requerer a retirada de pauta de qualquer projeto que não esteja à altura dos anseios dos associados, exigindo o melhor resultado pelo menor custo e com a maior entrega possível. Pedirei a retirada de pauta quantas vezes forem necessárias. Este Conselho não se curvará diante de ineficiência. Quem deve se curvar diante das necessidades dos sócios é a Diretoria, jamais este Conselho, que é a legítima representação do corpo associativo. Muito obrigado.

Presidente – Muito obrigado, Conselheiro Rodolfo Serine. Não há mais inscritos. Diante do encerramento da discussão, a esta Presidência cabe então esclarecer o Plenário como se dará a votação. Como disseram os ilustres oradores, primeiramente este Plenário deliberará se acolhe ou não o recurso de revisão interposto por 13 Conselheiras e Conselheiros para anular a decisão do Conselho Deliberativo de 16 de dezembro de 2024, que aprovou a retirada de pauta do pedido de autorização formulado pela Diretoria. Então, o primeiro quesito é no seguinte sentido: aquele que for favorável ao recurso, deverá votar sim; aquele que for contrário, deverá votar não; e, aquele que entender pela abstenção, 3. Então, ficou claro, neste primeiro quesito o Plenário deliberará se acolhe ou não o recurso de revisão interposto por 13 Conselheiras e Conselheiros, contra decisão do Egrégio Conselho Deliberativo, que entendeu pela retirada de pauta do pedido de autorização formulado pela Diretoria.

Votação do item 2 (utilizando-se keypad)

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros acolhem recurso de revisão interposto por treze (13) Conselheiras e Conselheiros, para anular a decisão do Conselho Deliberativo objeto da Resolução nº 29/2024, de 16/12/2024 que aprovou a retirada de pauta do pedido de autorização formulado pela Diretoria, de utilização de recursos do Fundo

Especial no valor de até R\$1.013.263,41, para ampliação e reforma do ginásio de Fitness, objeto do processo CD-21/2024?

Resultado: 31 votos SIM, 123 votos NÃO, 03 ABSTENÇÕES.

Presidente - Foi rejeitado o recurso de revisão por maioria.

Item 3 - Apreciação do processo CD-03/2024, referente à primeira discussão e votação de proposta formulada pelo Conselho Fiscal, de alteração do Art. 1º do Regimento Interno daquele Órgão.

Pronunciamentos:

Presidente – Trata-se de proposta de iniciativa do Conselho Fiscal, pretendendo alterar o Art. 1º de seu Regimento Interno, para que referido dispositivo passe a ter a mesma redação do Art. 56 do Estatuto Social, uma vez que texto regimental vigente mantém a redação que data de 08 de setembro de 1964, fazendo remissão a dispositivo estatutário que sequer existe no atual ordenamento institucional do Clube. No prazo regimental, apresentaram emendas a Conselheira Berenice Gazoni, de natureza aditiva, e o Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa, de caráter modificativo e aditivo. Foi ouvida a Comissão Permanente Jurídica (fls. 59/66), assim se manifestou: “A frente de qualquer cogitação, eis que apresentada pelo Conselho Fiscal para tratar de seu próprio Regimento, cumpre destacar que atende aos requisitos do inciso II do artigo 84 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo, a proposta apresentada visando alterar a redação do artigo 1º do Regimento Interno do Conselho Fiscal que se encontra em vigor desde 08 de setembro de 1968. Ora, tratando-se de proposta de alteração de dispositivo do ‘Regimento Interno do Conselho Fiscal’, a meu ver, não existe qualquer vício para processamento dessa proposta, especialmente quando há o evidente propósito de ajustá-lo às atuais disposições do Estatuto Social e do Regulamento Geral. Sobreleva destacar que a necessidade dessa adequação do nosso ordenamento se apresenta como necessária quando se constata a menção ao ‘artigo 103 e parágrafo – do Estatuto Social’ – na redação atual do artigo 1º do Regimento Interno do Conselho Fiscal. Ora, faz tempo que esse referido artigo 103 do Estatuto Social desapareceu do nosso ordenamento. Impende notar que as referências quanto ao Conselho Fiscal como Órgão de Fiscalização do Clube se encontram nos artigos 56, 57, 58, 59, 60 e 61 do Estatuto Social e nos artigos 95, 96, 97, 98, 99 e 100 do Regulamento Geral. Quanto à emenda aditiva de fls. 15 da Ilustre Conselheira Berenice Gazoni, não há qualquer impedimento para que seja discutida no Conselho Deliberativo. Por outro lado, quanto à emenda de caráter modificativo e aditivo de fls. 23/26, por envolver alterações de Estatuto Social, Regulamento Geral e do Regimento Interno das Eleições, vislumbro a presença de um vício de origem na apresentação dessa emenda trazida com fundamento no artigo 45 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo eis que amplia – além do Regimento Interno do Conselho Fiscal – o escopo da proposição trazida com fundamento no inciso II do artigo 84 do Regimento Interno do

Conselho Deliberativo. Sempre com o maior respeito, em razão do alcance das alterações sugeridas, este Relator entende que essa 'proposição' deve observar os requisitos do inciso I do art. 84 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo. Impende notar, por fim, a necessidade que se observe os procedimentos dos artigos 87 e 88 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo na hipótese de aprovação em primeira discussão dessa proposta para que a Comissão Especial de Redação possa elaborar a adequada 'redação final' a essa alteração do 'Regimento Interno do Conselho Fiscal.'" Feito este breve relatório, a Presidência coloca a matéria em discussão, esclarecendo o Plenário que antes de iniciar a votação decidirá acerca do encaminhamento da votação tão somente com relação às emendas, tendo em vista inclusive o alentado parecer da douta Comissão Permanente Jurídica. Esclareço que se a matéria for aprovada em primeira discussão, demandará uma segunda discussão, neste caso, por se tratar de alteração regimental, sendo a última somente para redação final, tal como dispõe nosso Art. 60, inciso III, de nosso Regimento Inteiro. A matéria está em discussão.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – ... Em relação a essa proposta do Conselho Fiscal eu quero trazer aqui para os Membros do Conselho que se nós formos fazer alguma alteração, vamos fazer uma alteração para valer, uma alteração que modernize o nosso Regimento do Conselho Fiscal como um todo. Fazer uma modificação que seja paliativa, nós estamos tomando tempo aqui e não estávamos levando a lugar nenhum, nós vamos sair do mesmo lugar e chegar ao mesmo lugar. Então, se formos efetivamente pensar em uma modernização, vamos pensar em como que a gente traz isso daqui, por exemplo, mais próximo da Lei da Sociedade por Ações. Todo mundo aqui deve ter seus investimentos, parte deles em ação, porque existe um Conselho Fiscal nessas empresas que têm atribuições, que sabe como faz, que é eleito de uma forma muito clara. Então, nós poderíamos trazer esses princípios para cá. Acredito e coloco aqui para as Sras. e Srs. Conselheiros, que se a gente for pensar nisso, vamos pensar então de uma maneira ampla. Assumo aqui um erro meu, um erro de forma – Dr. Manssur me diz não – mas realmente para trabalhar com a questão de Estatuto há uma questão que passou despercebida para mim. Mas acredito que a essência da proposta, que não foi analisada pela Comissão Jurídica, ela deixa bem claro que não analisou a essência da proposta, eu acho que a gente poderia voltar com essa proposta em algum momento, pois sim, ela trata de elementos que vão trazer os nossos ordenamentos mais próximos daquilo que hoje referencia empresas até de capital aberto. Não somos uma empresa, OK, nós não somos uma empresa, nós movimentamos R\$300 milhões por ano, nós temos folha de pagamento, nós temos obrigações tributárias, obrigações previdenciárias, nós temos obrigações com fornecedores, então, nós merecemos um Conselho Fiscal que nos dê a segurança que um Conselho Fiscal dá para aquele tipo de organização onde nós colocamos o nosso dinheiro. Dinheiro poupado e que foi ganhado com trabalho. E se a gente deposita confiança numa instituição como essa, nós podemos trazer os ordenamentos que regem essas empresas para este nosso universo, que é nossa segunda Casa, Esporte Clube Pinheiros. É isso, Sr. Presidente.

Francisco Antonio Vassellucci Filho (aparte) – Em primeiro lugar, como executivo sou a favor da eficiência, de fazer correto da primeira vez, então, não tem nada em relação ao que você está colocando. Adoraria ter uma proposta que realmente endereçasse e consertasse o problema como um todo. Já como associado do Clube, frequentador desta Casa por muito tempo, me preocupa um pouco a gente não corrigir o que entendo – Me corrija se estiver errado – que essa proposta está tentando fazer, que é evitar aquilo que aconteceu na eleição passada. E manter aí pelo menos uma flexibilização para que você tenha uma chapa que possa ser aceita sem que a gente tenha o problema que teve da outra vez. Então, não acho que uma coisa exclui a outra, acho que já que a gente está aqui e não me parece ter muita discussão, a gente poderia votar. Se for o caso corrigir isso, mas nada contra trazer uma proposta real e que mude em toda sua essência depois. O que me preocupa é quando vai vir e vamos ter uma eleição. Aqui, o que tenho percebido é que as pautas não chegam, então, me preocupa não votar para fazer uma melhor e depois acaba o ótimo sendo inimigo do bom. Mas concordo com sua proposta inicial, só acho que essa não precisaria ser excludente e não ser votada.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Bom, não senti qual é seu questionamento, mas então vou fazer um comentário em cima do seu pronunciamento inicial. O que ocorreu, que foi uma coisa dúbia na última eleição, foi a diferença entre o edital e o que estava escrito em nossos Regimentos, então, o que precisa fazer é corrigir o edital. Uma vez que se corrige o edital, isso não está nem no Regimento, a gente tem muito mais simplificações para fazer. Então, é um entendimento, desculpe, Sr. Presidente, não vou promover um debate.

Francisco Antonio Vassellucci Filho – Não fiz claro, questionei exatamente isso, pensei que essa proposta estivesse corrigindo a questão da flexibilização da chapa, aonde eu sinto que os Suplentes têm de trabalhar limitados em seu escopo e classificação, isso era em contrário a outras situações de equivalência e estamos tentando fazer essa flexibilização. Então, estou querendo saber se estou errado.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Na minha interpretação que o seu raciocínio não contempla esta questão voltada ao que estava no edital e ao que estava no Regimento, existia uma diferença objetiva. Se o edital tivesse respeitado o que está no Regimento, em nossos ordenamentos não teria havido esse tipo de confusão, esse é o meu entendimento.

Francisco Antonio Vassellucci Filho – Ok, obrigado.

Cândido Padin Neto – ... Concordo com o Luís e faço das palavras dele as minhas, é por isso que estou aqui, e com o Vassellucci também. Acho que essa proposta veio para arrumar um pouco aquilo que está. Mas gostaria muito de dar um pouco mais de flexibilidade ao Conselho Fiscal, eu acho que o Conselho Fiscal está amarrado. Acontecem no Clube coisas que uma empresa – E vocês dizem: Ah, o Clube não é uma empresa. São R\$400 milhões – Você daria seus R\$400 milhões para qualquer um gerir? Eu acho que não, é muito dinheiro. O Clube tomou um vulto, que

anteriormente não era assim e precisa de um Conselho Fiscal atuante, com voz, ele precisa ter mecanismos, precisa ter ferramentas para poder fiscalizar os atos de seus Executivos, esse é o grande problema. Se as gerências cometem erros é porque os Diretores não olham. Não olham porque não tem tempo, nós não temos tempo. Aqui não é para ficar indo atrás, caça às bruxas, mas nós não temos tempo, nós temos nossas empresas, nós temos nossos negócios e acabamos deixando passar, escapar. Então, temos de ter esses gerenciamentos, aqui dentro temos de ter gerenciamento, contratação de empresas de fiscalização e cabe ao Conselho Fiscal. Então, nós temos de fazer sim, Luís, o que você falou, nós temos de ter mecanismos aqui para o Conselho Fiscal, temos de mudar os nossos regramentos. É isso que queria falar aos senhores. Muito obrigado.

José Manssur – ... A minha manifestação vai ao encontro e não de encontro, ao que se ouviu aqui do Sr. Francisco Vassellucci, Conselheiro Padin e dos demais. E para que os senhores possam bem compreender eu tomei a liberdade de trazer algumas transparências que preparei, com base em nosso regramento, então, solicitaria, por favor, que se colocasse a primeira transparência, Sr. Jorge.

- **Projeção.**

José Manssur – Vejam os senhores que a proposta feita pelo Conselho Fiscal, e é regimental, objetiva dar uma nova redação ao seu artigo 1º de seu Regimento Interno. Pediria que os senhores se atentassem ao rodapé, que está em vigor desde 08 de setembro de 1964, portanto, há 65 anos – Na oportunidade eu tinha 15 anos e frequentava apenas em atividades esportivas do Esporte Clube Pinheiros – Este é o Regimento Interno do Conselho Fiscal. Pediria a segunda projeção. Ela é autoexplicativa: a redação do artigo 1º do Regimento Interno de 65 anos atrás – Eu tinha 15 anos, logo os senhores estão vendo a minha idade – estabelece que o Conselho Fiscal do Esporte Clube Pinheiros, eleito na conformidade do disposto no artigo 103 – Se alguns dos senhores, Dr. Serine, Dr. Sá – encontrarem o artigo 103 no Estatuto Social eu paro de falar, porque o Estatuto Social na minha versão vai até o artigo 89 – ele se reporta ao artigo 103. Agora, os senhores vejam o artigo 56, do atual Estatuto Social, cuja redação é diversa daquela do artigo 1º, não se reporta a nenhum artigo inexistente do Regimento Interno e tem uma nova redação. Pois bem, o Estatuto Social do Esporte Clube Pinheiros – Pediria a próxima transparência – é a norma das normas do nosso Clube, ele é superior a meras normas regimentais e 10 de janeiro de 2007 contém alterações a partir de 2021. Fiz questão de trazer o artigo 88, do Estatuto Social, porque ele estabelece que ficam vigentes os Regimentos, desde que não contrariem as disposições do Estatuto Social e do Regulamento Geral. E o artigo 89 demonstra – Que acredito que vá haver aprovação por unanimidade dessa proposta do Conselho Fiscal – onde está estabelecido que aprovado este Estatuto Social, e ele o foi, está lá no 3º parágrafo, far-se-ão as adequações necessárias do Regulamento Geral e dos demais diplomas normativos do Clube. Logo o silogismo é claro, o artigo 1º, do Regimento Interno do Conselho Fiscal há de observar o artigo 56, do Estatuto Social. Isso é cristalino, Dr. Arlindo, como uma água, porque é a lei posterior, é a norma das normas e nós não podemos ter o conflito do Regimento

Interno de 1964, há 65 anos, Desembargador Opice Blum, em desconformidade com o Estatuto Social do Clube, a menos que eu tenha desaprendido esta aula na faculdade de direito. Esse é o primeiro ponto que coloco aos senhores. O segundo ponto, Sr. Presidente, foram de notáveis Conselheiros brilhantes que apresentaram emendas e que tiveram a humildade – Porque eu sei da honrada Conselheira Berenice, com quem conversei, que tiveram a honradez e a ombridade, porque assim é a ética deste Conselho, de reconhecer a ilustre senhora, alhures, numa conversa que tivera com ela. E o Conselheiro Luís Alberto, com a dignidade que o caracteriza aqui. Como por delegação de V. Sa. eu participo desta Comissão de Ordenamento Institucional, que tem em Alessandra Bonilha, como minha filha, uma exuberante coordenadora e vou nas suas linhas presidindo esta Comissão com muita honra, eu prometo levar ambas as emendas para o Ordenamento Institucional e buscar inserilas na reforma do Conselho Fiscal – Mas realmente hoje aqui elas não podem ser deliberadas. A da ilustre e honrada Conselheira Berenice, porque ela acrescenta administrador no Regimento, mas não o faz no Estatuto. E as brilhantes palavras do Dr. Luís, de igual modo – Até temos de colocar lá tempo de mandato, que me escapou. Reconheço que também devem ser enquadradas, porque não é apenas da lei das S. As. Eu tenho uma proposta de reforma fulcral do Regimento do Conselho Fiscal, porque na própria lei das estatais não se exige mais estas qualificações. Basta ter o curso de graduação e de pós-graduação reconhecida por faculdades do Ministério da Educação para que nós possamos ter um Conselho Fiscal atuante. Espero não estar vivo, porque talvez vá haver uma proposta aqui de se ter no Conselho Fiscal Inteligência Artificial, que não concordo com esse nome, para mim é apenas o método artificial, porque inteligência é própria do ser humano. Nenhuma máquina poderá ter a inteligência que nos foi dada pela condição de ser humano. Mas esse é um conceito filosófico que depois debateremos. Então, Sr. Presidente, levarei e vou dar apenas um exemplo, que está aqui presente. Presidui a Comissão de Finanças deste Clube um notável engenheiro – Que, aliás, sua esposa também, porque é Conselheira – e este notável Conselheiro que presidiu a Comissão Financeira e é engenheiro, foi um exemplar Presidente da Comissão Financeira do Esporte Clube Pinheiros. Então, nós precisamos verificar que o conhecimento holístico das pessoas não pode ser restringido, fechei o parêntese. A colocação é clara, o artigo 1º, de uma lei muito antiga, de 65 anos atrás não pode se sobrepor, à luz do que está escrito ao artigo 56, do Estatuto Social. Razão pela qual, pleiteio, e vou ousar que por unanimidade seja aprovada esta nova redação, para que nós não tenhamos um conflito de normas entre aquele de hierarquia inferior com aquela que dentro do nosso Clube é a norma das normas, que é o nosso Estatuto Social. Tenho dito, Sr. Presidente.

Andreas de Souza Fein – ... É muito rápido, em linhas gerais concordo com os pronunciamentos dos que me antecederam. Na verdade, Sr. Presidente, sei que existe um problema formal na proposição do Conselheiro Figueiredo. Pessoalmente acho que a proposição do Conselho Fiscal, embora ordene, faça uma melhoria e uma harmonização das redações tanto do Estatuto quanto do Regimento, ela não resolve o problema de adequação às novas situações. Então, nesse sentido, eu não sei o que poderia ser feito, Dr. Manssur deu uma sugestão, mas eu acho que a proposição do

Conselheiro Figueiredo atualiza a redação, amplia as possibilidades de atuação. Por exemplo, se amanhã tivermos algum associado que tenha sido Membro do Conselho Fiscal de uma empresa qualquer aí e não for contador – Como conheço alguns exemplos de Membros de Conselho Fiscal de TIM, Vivo, Petrobrás etc. – Ele não poderia ser Membro do nosso Conselho Fiscal, que me parece uma coisa um pouco exageradamente limitada. Então, Sr. Presidente, encaminho meu voto aqui, sei que é inócuo dizer que sou favorável à proposição do Conselheiro Figueiredo, porque acho que essa é a proposição que deveria estar sendo votada aqui, e fica minha proposição. Não sei se há alguma maneira, nós conversamos sobre isso, se haveria alguma maneira de agilizarmos o processo. Caso contrário, eu voto pela proposição do Dr. Manssur, de aproveitar a Comissão, da qual também sou Membro, para encaminharmos essa mudança. Eram essas minhas observações. Muito obrigado.

José Manssur (aparte) – Nesse seu lúcido pronunciamento, Dr. Fein, o senhor concorda que hoje nós teríamos de fazer a adequação da redação do artigo 1º ao artigo 56, para não haver um conflito de normas?

Andreas de Souza Fein – Dr. Manssur, eu acho que sem dúvida acontecerá uma harmonização. Na minha humilde opinião é uma harmonização até desnecessária, pelo seguinte: se o senhor analisar exatamente o texto do Regimento Interno, ele não confronta o Estatuto, ele apenas esmiúça, apenas explicita, apenas faz uma consequência lógica daquilo que diz o Estatuto. Então, na minha opinião não vejo problema nenhum de aprovar. Eu só acho que é inócuo, nós deixaremos de aproveitar uma oportunidade de fazer realmente um aperfeiçoamento, eu sei que existem vários problemas. Não sei se respondi sua pergunta.

Presidente – Muito obrigado, Conselheiro Fein. Não há mais inscritos. Então, como está encerrada a discussão, nós vamos à votação. Antes de encaminhar a votação devo esclarecer ao Plenário que a proposta de iniciativa do Conselho Fiscal mereceu duas emendas, da lavra de dois Conselheiros igualmente ilustres, Conselheira Berenice Gazoni e Conselheiro Luís Alberto Figueiredo. O parecer da Comissão Jurídica a meu ver corretamente, colocou a questão do óbice regimental no que se refere à emenda apresentada pelo Conselheiro Luís Alberto Figueiredo, que propõe alterações do Estatuto Social, e conseqüentemente haveria de respeitar o rito próprio, há um vício e esse vício não é possível nós sanarmos nesta assentada, conseqüentemente esta Presidência acolhe o parecer da Comissão Permanente Jurídica e a matéria tão somente será submetida à votação tal como veio proposta pelo Conselho Fiscal. Igualmente com relação à emenda da Conselheira Berenice, que propõe uma alteração no parágrafo único do artigo 1º, do Regimento Interno do Conselho Fiscal, ela introduz uma redação que não estaria, já que a proposta não veio de alteração do Estatuto, de acordo com a Lei Maior, conseqüentemente nós teríamos novamente perpetuada esta antinomia entre normas, que é o que nós não desejamos. E esta noite o Conselho Deliberativo deliberará a respeito da proposta tão somente vinda do Conselho Fiscal. Feitas estas considerações com relação às emendas apresentadas, não as submeterei à votação, tendo em vista os vícios regimentais já por mim

explicitados e também identificados pela douta Comissão Permanente Jurídica, desta forma eu vou submeter a matéria ao Plenário.

Votação do item 3 (utilizando-se keypad)

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam a proposta formulada pelo Conselho Fiscal, de alteração do Art. 1º do Regimento Interno daquele Órgão, objeto do processo CD-03/2024?

Resultado: 111 votos SIM, 33 votos NÃO, 03 ABSTENÇÕES.

Presidente - Foi aprovada a proposta formulada pelo Conselho Fiscal de alteração do Art. 1º do Regimento Interno, objeto do processo CD-03/2024. Consequentemente, em razão da aprovação devo nomear a Comissão de Redação prevista no artigo 87 do Regimento Interno deste Conselho Deliberativo. Gostaria de indicar para compor a Comissão de Redação os ilustres Conselheiros Alexandre Perrone Lomonaco, Andreas de Souza Fein e Luís Alberto Figueiredo de Sousa. Dou por aprovada a nomeação.

Item 4 - Apreciação do processo CD-25/2024, referente ao pedido de autorização formulado pela Diretoria, para utilizar recursos do Fundo Especial, no valor de R\$6.839.360,32, para a Reforma do Restaurante do CCR.

Pronunciamentos:

Presidente – Foram ouvidas as Comissões Permanentes de Saúde e Higiene, de Obras, Jurídica e Financeira. V.Sas. tiveram acesso aos pareceres por ocasião da convocação. A Comissão de Saúde e Higiene manifestou-se favorável ao pedido, entendendo que a matéria está em condições de ser apreciada e deliberada pelo Conselho Deliberativo. A Comissão de Obras, em detalhado parecer, apresentou as seguintes recomendações: Em 09 de setembro de 2024, através da DI 626/2024 a Diretoria solicitou ao Conselho Deliberativo autorização para a utilização de recursos do Fundo Especial no valor total de R\$ 2.131.992,82 para reforma e a instalação de novo sistema do ar condicionado para o restaurante do CCR. Para a execução desses serviços haverá a necessidade de passagem da tubulação de ar condicionado, interligação elétrica dos quadros, e outras interferências que ocorrerão durante a execução desses serviços, a Comissão Permanente de Obras recomenda que as DIs 626 e 628/2024 sejam analisadas pelo Conselho Deliberativo conjuntamente para que, se esses serviços forem autorizados, eles possam ser executados simultaneamente. 9.2) Novo elevador - A Diretoria informou que está sendo projetado um novo elevador ao lado da escada da rua Tucumã com dimensões maiores que o elevador existente para atender às novas demandas 'tanto do restaurante como também atendendo a utilização do Teatro, inclusive para apoio na montagem das peças que requerem transporte horizontal de material para montagem do palco e outros equipamentos' tais como piano de calda. A Comissão Permanente de Obras recomenda que em até 60 dias a Diretoria conclua o projeto

básico desse novo elevador e solicite ao Conselho Deliberativo autorização para utilizar recursos do Fundo Especial de Investimentos para a execução dessa obra. 9.3) Projetos executivos - Recomenda que os projetos executivos de instalações hidráulicas, elétrica, gás, lógica, acústica e de incêndio preferencialmente sejam realizados por escritórios técnicos que apenas elaborem os projetos. 10) Conclusão - Os projetos arquitetônicos foram bem elaborados e ampliam significativamente a cozinha e a área do restaurante proporcionando um conforto maior aos associados. Com essas considerações, a Comissão Permanente de Obras entende que a autorização para utilizar recursos do Fundo Especial no valor de R\$ 6.839.360,32 (seis milhões, oitocentos e trinta e nove mil, trezentos e sessenta reais e trinta e dois centavos) para execução de obras e modernização das instalações do Restaurante do CCR, solicitada através da DI.628/2024, está em condições de ser apreciada e votada pelo Conselho Deliberativo.” A Comissão Financeira antes de emitir o seu parecer solicitou esclarecimentos à Diretoria através da carta 52/2024, de 1º de outubro de 2024, tendo a Diretoria apresentado resposta encartada aos autos (fls. 64/66). Após a resposta da Diretoria, a Comissão Financeira houve por bem solicitar novos esclarecimentos à Diretoria através da carta 60/2024, de 06 de novembro de 2024, encarta às fls. 131/132. A Diretoria respondeu através da DI. 836/2024, de 19 de novembro de 2024, valendo destacar o seguinte trecho: “Em resposta ao expediente em epígrafe, relativo aos pontos de atenção apresentados pelo Conselheiro Aloísio Bueno Buoro, Presidente da Comissão Permanente Financeira, informamos que a cozinha atual possui 383m² e, após a reforma, passará a ter 484m². Esse aumento de área se deve à implantação de uma nova cozinha sobre a laje que será construída. Além disso, está prevista a instalação de mais um forno de pizza, totalizando dois fornos, além da preparação e atendimento do bar dentro do salão. Com isso, haverá um ganho de espaço na cozinha permitindo a ampliação da área dedicada à manipulação de alimentos. Dentro desta proposta, está prevista também a substituição dos equipamentos mais importantes da produção na cozinha por modelos mais modernos, que oferecem maior produtividade. Será realizada a instalação de 4 câmaras frigoríficas para alimentos e 1 câmara frigorífica exclusiva para chopp.” A Comissão Jurídica assim opinou: “Cumpra assinalar de início que o pedido formulado pela Diretoria se mostra formalmente em ordem, hábil, portanto, a ser apreciado pelo Conselho Deliberativo, a quem cabe, em exclusivo, a competência para decidir a respeito, por força do que determina o artigo 45, inciso XII, do Estatuto Social, e artigo 76, inciso XII, do Regulamento Geral. Na proposta apresentada, como visto, a Diretoria pretende autorização para utilização de recursos financeiros do Fundo Especial no valor estimado de R\$ 6.839.360,32 (seis milhões, oitocentos e trinta e nove mil, trezentos e sessenta reais e trinta e dois centavos), para a reforma do Restaurante do CCR. Importa destacar que a análise do presente pedido de autorização guarda relação de vinculação àquele formulado à DI-626/2024, para a substituição do sistema de ar-condicionado do mesmo espaço. De tal modo, parece-nos obrigatória, até pela soma dos valores dos contratos acima referidos, a observância às exigências do artigo 67 do Regimento Interno da Diretoria, o qual impõe a formação de uma ‘comissão especial’ por parte da Diretoria que será formada para acompanhar todo o processo de realização do edital de licitação e para apresentar o relatório final.” A Diretoria

prestou ainda novos esclarecimentos através da DI. 899/2024, de 06 de dezembro, encartada aos autos. E finalmente, a Comissão Financeira emitiu seu parecer anotando o seguinte: “O foco de análise desta Comissão Permanente Financeira está na avaliação da suficiência dos recursos solicitados para a realização das intervenções. Neste contexto a Diretoria respondeu a contento diversos quesitos formulados. Com base nas considerações acima esta Comissão Permanente Financeira encaminha este parecer à Presidência do Conselho Deliberativo para que ele sirva como material de suporte à deliberação que será tomada em Plenário.” Nesta data, 31 de março de 2025, recebemos carta do Presidente Carlos Alexandre Brazolin (DI. 185/2025, de 28/03/2025), solicitando para se manifestar em plenário, por intermédio de profissional técnica contratada, a Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes, com apoio de recursos de projeção, para apresentação específica sobre a matéria em discussão. Nessas condições, concedo a palavra a Arq. Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes para os seus esclarecimentos ao Plenário, com uso de projeção. Por favor, V. Sa. tem a palavra. (Pausa) Conselheiro Arnaldo Osse e hoje Diretor de Área de Patrimônio poderá dar apoio técnico que entender.

Diretor de Área de Patrimônio, Arnaldo Osse Filho – Vou somente dar uma mão para a arquiteta visualizar melhor a apresentação.

Presidente – Pois não. (Pausa) Arquiteta Vanessa, podemos dar início?

...

Carlos Roberto Sá de Miranda Bório – Presidente, por ser uma pessoa estranha ao Plenário, ao Parlamento, deve ser submetida à apreciação da Casa. Não sou contra, mas acho que a gente deve seguir o Regimento.

Presidente – Esta Presidência colocou claramente e não houve qualquer tipo de objeção do Plenário, conseqüentemente houve uma autorização tácita do Plenário – Muito obrigado, Conselheiro Bório – até porque e faço aqui, é uma ilustre associada que foi contratada pela Diretoria para elaborar um projeto e o Plenário necessita de esclarecimentos técnicos para poder formar a sua convicção. Entendo pertinente a manifestação e conseqüentemente os esclarecimentos. Podemos então dar início à apresentação? (Pausa) Muito obrigado. Arquiteta Vanessa, a senhora tem a palavra, por favor.

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Vamos falar então sobre a proposta que estamos trazendo hoje de reforma do restaurante do CCR. Só queria pedir, se possível, para que conseguisse correr com a apresentação, deixando as dúvidas para o final, assim não atrapalha o raciocínio e consigo fazer uma explanação mais ágil. **(Projeção)**. ... Rapidamente, meu nome é Vanessa Prado Lopes, sou arquiteta. Alguns anos venho me dedicando na área de bares e restaurantes. Alguns exemplos do meu trabalho, creio que grande parte de vocês deve conhecer, são as pizzarias da Rede 1900, Tasca da Esquina, tem restaurante japonês, sushi bar, enfim. E para esse projeto em especial, além de ser associada e conhecer bastante daqui do espaço, eu estive em alguns turnos diferentes frequentando o restaurante, entendendo o

funcionamento, em contato com o Departamento de Bares e Restaurantes, porque entendo que um projeto de um restaurante de um clube, até pelo tipo, a frequência, ele é diferente de um restaurante de rua. E durante a apresentação a gente vai entender um pouquinho desses pormenores. Pode passar: Em nossas premissas a gente encontra a modernização das instalações, adaptação do salão e da cozinha para o aumento de demanda. Afinal de contas o Clube cresceu e todo mundo pode notar, ele tem sido utilizado muito mais do que até há pouco tempo ou antes da pandemia, a gente pode dizer assim. Estamos trazendo condições para redução do tempo de espera, agilidade do serviço de atendimento, maior conforto durante os espaços, maior conforto de atendimento enquanto as pessoas estiverem sendo atendidas, atendimento às normas vigentes, espaços privativos para evento e a melhora do layout da cozinha, com incorporação de uma laje de 327m² por conta de um vazio existente no prédio. Pode passar: O que vai acontecer durante o período de obra com os associados que utilizam esse espaço? Está sendo programada uma operação noturna no restaurante Germânia para atender o jantar. A Escolinha que utiliza de terça a sexta-feira no horário de almoço e hoje tem serviço de buffet nesse espaço, será transferido ali para a lanchonete do Boliche. Ainda está sendo estudada implantação de food trucks aos finais de semana para absorver esse fluxo. Próximo, por favor: Aqui é uma parte bem importante, porque a gente vai trazer o que tem hoje nesse andar. Tem aqui área de cozinha e gostaria de chamar atenção para o formato da cozinha, que vem perpendicular à área do salão. Todo esse entorno aqui são áreas de dependências complementares da cozinha, para que ela consiga funcionar. Essa área em especial se faz paralela ao salão por uma questão dessa deficiência de a cozinha ser perpendicular ao salão, o que deixa o serviço truncado, acaba refletindo numa circulação bem complicada. E aqui é o tal do vazio que acabei de comentar, a ser incorporado. Com isso, a gente vai ter aqui uma cozinha paralela ao salão. Existe também esse área de Foyer que fica vazia e a ideia é que seja incorporada também para o salão como área de espera no período da tarde, onde a gente poderá ter um café, uma área de coworking. Muita gente trabalha no Clube e fica caçando lugar, uma mesinha, algum lugar para conseguir trabalhar. E aqui nós temos a área de sanitários. Alguns números que acho que são importantes serem ditos são principalmente do uso do restaurante nos dias de semana, desculpa, nos turnos da semana. Então, nós temos dois dias que são mais complicados, nós temos na sexta-feira no jantar, 386 lugares, e no sábado no horário do almoço, 318. Se a gente fizer uma conta muito básica nós temos hoje 228 lugares, para troca de turno de restaurante comum estaria muito ok, porém, mais à frente vou falar novamente sobre isso aqui, mas giro de restaurante de clube não funciona, porque as pessoas vêm e ficam, demoram muito mais por ser um lugar onde encontra os amigos e fica mais tempo, não tem pressa. Então, acaba que esse turno gira muito pouco. Em restaurante a gente costuma dizer que o giro de restaurante dá de duas vezes e meia a três vezes. Aqui no Clube acaba sendo duas vezes com sorte. Então, essa é uma das questões que a gente considera o aumento de lugares sentados no salão. Pode passar: Para o layout da cozinha foi feito um estudo preliminar com o Departamento de Patrimônio, Bares e Restaurantes, onde foi computada a área necessária para ampliação da cozinha, como já foi dito aqui anteriormente, 486m². Hoje a gente tem perto de 320, 360, alguma coisa que já é insuficiente. A gente tem incorporação do

vão livre, de 327m², para ajudar naquela circulação que estava explicando que compromete, tendo de dar uma volta olímpica praticamente em volta daquele vazio para que exista o fluxo de garçons e atendimento do restaurante. Estamos ampliando a quantidade das câmaras frigoríficas, então, a gente passa a ter depois um total de cinco câmaras: uma para chopp, outra resfriado e congelado, hortifrutis, enfim. Vamos criar uma adega no salão com até 750 garrafas. Tem a criação também de um bar, que é um espaço super legal ter uma novidade para o restaurante, onde pode chegar, ter uma espera agradável ou simplesmente vai ali tomar um drink com os amigos, independentemente do serviço só do restaurante. Temos a área de café que se mantém no mesmo lugar, porém, hoje tem um tratamento diferente e a ideia é que possa ser utilizado, como disse, como um coworking. E uma nova área de produção das pizzas, então, a área do forno vai ser mais produtiva, mais eficiente, a gente vai trazer dois fornos, a gás e rotante, onde criam uma agilidade na produção de pizza e a qualidade também melhora bastante. Próximo, por favor: Aqui, o termo MOOD BOARD, para quem não está familiarizado, na verdade é um painel de estilo. A gente faz uma pesquisa e apresenta soluções de materiais de acordo com o perfil e padrão de restaurante no mundo e que tenho certeza que o nosso associado está acostumado, frequenta restaurantes mais arrumados. A gente também traz aqui a ideia de layouts mais dinâmicos, ambientes acolhedores e contemporâneos. A escolha dos materiais, são materiais duráveis e com função estética e principalmente técnica. As soluções pensadas também para resolver questão de iluminação deficiente, acústica deficiente, sofrível na verdade. Pode passar o próximo: Para acabamentos estamos pensando em tampos e bancadas em mármore ou pedra sintética em cor clara, revestimentos madeirados e as frentes de bancadas com movimento, tudo isso ajuda na acústica. A ideia de trazer o material de tábua de cumaru, um piso resistente a alto tráfego, vence modismos, não está sujeito à disponibilidade de fabricante A ou B e tão durável que a gente tem até como referência nosso Salão de Festas de 1958, que tem piso de madeira até hoje e aguenta um tranco pesado. Estamos pensando também na acústica. Vamos trazer uma placa de revestimento acústico que tem absorção dos dois lados, tem uma performance bem interessante e a meu ver uma das vantagens desse material é que ele pode ser pintado. Então, ao longo do tempo a gente também não fica sujeito a materiais que deixam de ter cor em mercado e eles estão aptos à manutenção. Pode passar: A ideia do mobiliário, é um mobiliário dinâmico e diverso, também para fazer composição com o espaço. Ora, lá nós temos um ambiente único, reto e se a gente não puder brincar com móveis e estilos diferentes, a gente acaba tendo uma monotonia no espaço. Então, a proposta é trazer cadeiras de madeira, cadeiras de metais, mesas redondas, quadradas, poltronas, sofazinhos, banquetas altas e baixas. E uma questão que é bem importante, são mobiliários que apesar de o design deles vocês falem: Puxa, conheço loja A ou B que fornece, eles são fornecidos por empresas de restaurante. Ou seja, eles têm uma qualidade reforçada para atender e desempenhar bem com uso de alto tráfego. Próximo: Aqui é uma ideia como se fosse um antes e depois, como se tivesse saído aqui da plenária e encontrasse área de café. Próximo: Aqui seria essa área que estava comentando antes, como se fosse um café, que você pode trabalhar, pode ser espera do restaurante. São 300m², acomodam 60 lugares. Próximo slide, por favor: E todo mobiliário é solto. Mais para frente vou mostrar, que está sendo planejado um

depósito onde com a retirada e alteração do layout esse mobiliário todo é acomodado nesse espaço, evitando assim aquele acúmulo de mobiliário na escada, que a gente está tão acostumado a ver, dificultando a circulação e comprometendo a segurança. Próximo: Aqui seria dentro do salão, já com a vista do campo B do lado direito e o café ficou aqui nas minhas costas. Próximo, por favor: Consigo ver a área de bar, uma área de drinks aqui que pode ser tanto espera do restaurante quanto exatamente um bar em dias em que o restaurante opera em sua capacidade menor. Aí a gente vê melhor, um pouquinho de iluminação, forro, acabamentos em geral, piso. Dá para notar na imagem que o forno onde hoje está o bar na imagem, ele está deslocado para a esquerda. Mais à frente vou falar um pouquinho sobre isso. Próximo: Aqui a gente aproxima um pouquinho mais para ver o bar. Ao fundo do bar, a gente tem essa divisória vazada e é um espaço novo que está sendo criado como salão privado, onde os associados vão poder utilizar desse espaço para eventos. Mas a gente vai falar disso um pouquinho mais à frente. Pode passar: Aqui eu estaria de costas para a divisória de vidro e de frente para onde hoje são aqueles biombos que fazem o complemento de serviço da cozinha, que expliquei logo no início. Próximo: Aqui é legal falar da área de fornos e buffet, que elas estão centralizadas no ambiente que permite um serviço melhor. Os buffets todos têm rodízios e no período que não estiverem sendo utilizados, se continuarem a configuração de hoje em dia, utilizando somente no buffet do almoço eles serão acomodados no depósito que já falei – Vou falar um pouco de novo mais à frente – liberando essa área para outro layout com mesas redondas e fica um salão mais agradável para jantar. Mais um: Ali fica o espaço onde a gente tem uma adega até 750 garrafas. Aqui é uma área para acomodar as lenhas, lembrando que falei que o forno é a gás. Esse guarda lenhas tem outra propriedade também de acústica e o forno vai ter um espaço para colocar defumação, então, utiliza lenha também. Os buffets que são móveis, como já havia comentado. O espaço da “Pizza Show”, onde a gente tem uma bancada mais baixa, mais próximo do cliente e uma melhor performance, ela está sendo dimensionada para ter melhor performance do serviço, produtividade e qualidade do produto. E aqui a gente está com o bar, que fica de frente para o campo B, como já tinha falado. Ainda sobre esse slide, acho legal observar as composições de móveis, onde têm mesas redondas de 4 a 6 lugares, onde a gente tem booth, que são os sofazinhos, preferências de mães e em restaurantes mais badalados e até a gente pode utilizar, como exemplo aqui o Iguatemi, onde a gente tem o Manioca, o Ráscal, Hits, são restaurantes que se vocês observarem, os primeiros lugares a serem esgotados são os sofazinhos. Próximo: E aqui é como se eu tivesse de costas para a Tucumã e de frente para o campo B. Próximo, por favor: Aqui a gente também consegue observar todo trabalho de forro pensado na acústica do ambiente, todo material utilizado no salão, um pouco do movimento das divisórias, onde hoje ali existe a divisória de vidro, que acaba trazendo problema acústico, porque reverbera, então, contribui na reverberação do som. Obviamente que as fachadas de vidro a gente não vai eliminar, mas essa divisória acaba sendo necessária para que tenha melhora do som. Próximo: E de frente agora para essa divisória que acabei de falar. Pode passar:

Luís Alberto Figueiredo de Sousa (fora do microfone) – Olha o tempo.

Presidente – Sra. Vanessa, nós temos pelo tempo regimental 10 minutos de exposição e esse tempo já se esgotou. Eu vou conceder mais 10 minutos para concluir a sua explanação, por favor.

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Está bem.

Presidente – Obrigado, agradeço ao Plenário pela autorização.

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – E nessa imagem ficam claros também os acabamentos escolhidos. Tem uma presença forte de madeira exatamente por ser um material atemporal, de alta duração, eficiência acústica e estética suave, que permite que o tom do restaurante seja dado pelos seus frequentadores. A gente costuma brincar dentro do mercado de restaurantes que a decoração dos ambientes vem das pessoas. As pessoas que dão o tom do espaço. Até como referência a gente pode aqui lembrar um pouquinho do nosso restaurante Germânia, ele é todo de madeira, tem o piso de madeira, têm as paredes de madeira, os pilares, mobiliários, detalhes do forro em madeira e nem por isso ele traz um ar de sofisticação, ele acolhe a todos nós, todos nós nos sentimos bem lá, o pessoal vai aos sábados almoçar em traje de esporte, como muitas vezes são feitos eventos super refinados, super bacanas e que e espaço em nenhum dos momentos compromete o evento que está acontecendo. Pode passar mais um: Sobre essa divisória vazada, ela tem também uma função esconde e mostra. Seu formato também é para performance acústica e o conceito para manter o espaço aberto e leveza. Mais um, por favor: Essa a gente não tem uma imagem de antes, porque trata-se de um espaço dentro da cozinha, aonde a gente está fazendo aquela proposta de tirar essa cozinha vertical, como mostrei num dos primeiros slides, e trazê-la para o centro. Com isso, a gente abre uma oportunidade – Pode passar, por favor, o próximo – a gente abre uma oportunidade de um espaço bem interessante de frente para o campo B. A ideia desse lugar é que ele possa servir, vamos supor, quero fazer um aniversário, quero receber alguns amigos eu tenho essa alternativa. Algum grupo quer receber os seus Conselheiros, enfim, fazer uma reunião privada, tem essa alternativa. E se estiver acontecendo algum evento no Clube, logicamente programado, que precise ampliar a capacidade do salão existe esse espaço, são 84 lugares. Junto com ele – Aqui infelizmente a gente acabou não criando a imagem desse lugar, eu vou mostrar na planta – nós temos o salão 2, que cabem 40 pessoas e que a ideia é que ele seja utilizado para as crianças no horário do almoço, porém, fora desse uso, ele vai ter essa mesma função desse espaço aqui. Pode passar mais um: Aqui ficou um lugar que tenho certeza que será superconcorrido, tem essa visão para o campo B e acaba tendo essa função bem importante de pulmão. Pode passar, por favor: Aqui algumas imagens diversas. Pode passar: Eu vou entrar com a implantação proposta. Geral, falando aqui, essa área onde a gente tinha a cozinha, ela se une ao salão. Eu tenho essa área agora de cozinha, que perfaz todo o perímetro do salão de atendimento. A cozinha conta com as câmaras, que hoje temos só uma e essa é uma área deficiente. Ela acaba virando uma cozinha mais dinâmica em alteração. Aqui centralizado no salão a gente tem a área de produção, que a gente pode dizer buffet e área de fornos e bar. Então, tudo isso se soma naquele layout que estava comentando sobre melhor performance de uso. Pode passar, por favor: Agora

vou começar a selecionar um pouquinho das áreas e a gente falar melhor sobre cada uma delas. Aqui a gente tem o Foyer do teatro. Pode passar: Aonde ele poderá ser usado como sala de espera, então, tem um layout especial para isso. A gente tem um pedaço aqui que será dedicado aos caixas, tanto o caixa físico quanto autoatendimento. E aqui onde a gente tem aquela, numa primeira imagem a gente viu um sofazinho, ele pode ser desmontado e acomodado no depósito, onde a gente poderá continuar montando a mesa de presença do Conselho. Capacidade desse espaço, 60 pessoas. Pode passar: Agora, ampliação do salão. Pode passar: Um ambiente de 615m², onde está sendo dividido em quatro praças de atendimento. Isso acho importante falar, acho que todo mundo já passou por essa situação no restaurante. A gente tem um restaurante plano, está sem as praças de atendimento. O que acontece é que junta, separa a mesa e sempre tem uma mesa que fica sem garçom. O garçom não sabe que tem que te atender. Então, toda vez você fala: Por favor. Aí chama um. Ah, não sou eu. Aqui, com a divisão das praças a gente tem quatro praças de atendimento. Por mais que os móveis juntem e separem, as praças continuam, então, isso dá agilidade no atendimento e qualidade no serviço. São 242 lugares por turno, lembrando que comentei no começo que a gente poderia dobrar pelo cálculo de tipo de utilização de restaurante. Eu estava imaginando dois fluxos, que vão para 484 pessoas. O restaurante fica preparado para o crescimento do Clube e um movimento, que como disse, estamos acompanhando. Pode passar: Aqui nós temos mais uma opção de layout, aqui seria em reuniões onde precisam juntar, separar as mesas. A gente mantém algumas mesas de usos periféricos e sobe essa capacidade para 310 lugares. Pode passar, por favor: A gente tem aqui mais uma ampliação, que é do salão do Campo B. Pode passar, por favor: Aqui seria um espaço para festas, eventos, reuniões e teriam dois banheiros dedicados, PNE. Capacidade de 84 pessoas. Pode passar, por favor: Num layout também se precisar em dia de Conselho, uma festa de grupo, conseguimos juntar mesas, chegando a 34, 36 mesas juntas e 96 lugares no total, com layout dessa forma. Pode passar, por favor: Próximo: Aqui a gente vai falar dos sanitários, onde eleva a quantidade de equipamentos para atender à norma. Aliás, cumprimos a norma e ainda continuamos com dois itens de PNE e dois equipamentos de sanitários a mais do que o necessário. Esse seria um salão utilizado para as professoras com os alunos da Escolinha no horário do almoço e em horários diversos fica sendo um espaço a mais para eventos ou eventuais necessidades de ampliação do uso do restaurante. Pode passar, por favor: E aqui no centro, nesse pedaço aqui – Pode passar – Nós temos o depósito que é para terminar com aquele acúmulo de mobiliário pelas escadas, comprometendo a segurança da edificação. Aqui a gente pode ver uma configuração dos buffets no local. Na segunda situação eles estão acomodados dentro do depósito e a gente tem outro layout formado. A ideia desse depósito é que possa ser utilizado verticalmente, utilizando o espaço de melhor forma, como se fosse um Mezanino, mobiliário não tem mais do que 1,20m, 1,30m de altura, a gente pode fazer como essas grandes prateleiras, acomodando os mais pesados embaixo, mais leves em cima e ter uma ocupação vertical melhor para esse espaço. Pode passar, por favor: E aí a gente chega ao final. Eu gostaria de falar um pouquinho dessa tabela, onde a gente mostra a quantidade de lugares existentes, que a gente passa de 228 lugares para um total possível de 426 lugares: espaço para evento, sistema de pagamento, fornos de pizza no salão, bar,

adega de vinho. A gente melhora os sanitários. A cozinha ganha câmaras, com que fazem que ela seja mais produtiva, eficiente e tenha mais segurança alimentar. Melhora e muito a circulação da cozinha, como estava explicando rapidamente, é inadequado hoje em dia. E a gente está propondo a melhora dos acessos, renovando as três escadas da edificação. Concluindo, uma melhoria de 60% no potencial de atendimento do restaurante, melhoria de conforto acústico, luminotécnico, térmico, circulação, atendimento, tempo de espera e percepção do tempo de espera, que é muito importante, que vai dar condição de melhoria, condição de um espaço agradável para aguardar, atendimento a grupos, segurança e revitalização do espaço. Sem falar em cuidar e zelar de um patrimônio dos associados, o maior restaurante do maior Clube da América Latina. Era isso que tinha para falar. Obrigada.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi (aparte) – Pedido de dois esclarecimentos, por favor. Boa noite a todos, boa noite, arquiteta Vanessa. Gostaria de perguntar como foi endereçada a escultura do Caciporé que está nessa área.

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Vai desmontar.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Sim, mas tem uma visualização, não a vi no projeto. Vi que existe uma cobertura ali com ripas de madeira.

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Vazadas, elas são vazadas e a escultura do Caciporé Torres permanece.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Vou ler aqui para as pessoas do Plenário: Caciporé de Sá Continho da Lamare Torres...

- Manifestação de Conselheiros no plenário.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Com licença.

Presidente – A Conselheira gostaria de fazer um aparte.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Vou fazer meu aparte e vocês vão ter respeito, porque trata-se de um artista...

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Eu conheço inclusive a família e o conheço pessoalmente.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Exatamente. E aqui, com a reforma do anfiteatro houve uma valorização dessas esculturas aqui dentro, como vocês podem ver facilmente aqui na parede, que estava escura e ficou mais clara e mais bonita. Pergunto: Do lado de fora acho que essa escultura está desvalorizada, como está ali e achei que o projeto um pouco que a cobre. Acho que ela tem um destaque histórico no Clube e acho que poderia ser mais valorizado no projeto. É possível fazer essa adaptação, arquiteta?

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Sim.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – É possível. Então, gostaria, por favor, submeter isso ao Plenário, se pudesse ser feita uma adaptação com uma visualização mais integrada dessa escultura seria interessante. Esse era o primeiro.

Presidente – Primeiro questionamento, ela esclareceu que será possível atender.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Sim, e Presidente, gostaria que tomasse as providências.

Presidente – Sim.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – A segunda questão que gostaria de perguntar é a seguinte: Aqui no Clube houve um problema na biblioteca uma época com questão de crianças na biblioteca e como Conselheira sugeri que fosse feita ali uma bibliotequinha dentro da biblioteca adulta para que as crianças vendo como os adultos se comportam na biblioteca pudessem aprender e conviver no espaço. Vi que no seu espaço existe aí uma área de setorização para as crianças. Eu me pergunto se isso vai dar ensejo a uma separação dessas crianças, porque não acredito que isso seja uma coisa que possa ser levada adiante num Clube familiar como esse, inclusive nos restaurantes por aí a gente não tem essa questão de separar as crianças numa área. Sei que às vezes existem reclamações, você como sócia...

- **Conversas paralelas.**

Presidente – Por favor, silêncio.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – ...você como sócia deve saber que às vezes o pessoal reclama no Ponto, que tem criança no Ponto fazendo bagunça. Mas nosso Clube é familiar, existem pessoas de todas as idades e os sócios que são crianças são tão sócios quanto os Veteranos.

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Entendi sua pergunta. Tinha uma anotação, talvez quando passei e passei rápido por medo do tempo, mas esse uso restrito do salão é das crianças acompanhadas das professoras da Escolinha, para que elas consigam tutoriar essas crianças, estejam juntas com essas crianças, porque senão elas se espalham pelo restaurante todo e fica difícil organizar, controlar, entreter. Porém, as crianças acompanhadas de babás, dos pais, enfim, de responsáveis, elas obviamente estarão integradas...

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Todas livres.

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Óbvio, como sempre. Isso é só uma área que é necessidade da Escolinha hoje em dia. No almoço, no horário do buffet é feita uma área com biombos para separar essas crianças, então, é para resolver essa questão

que foi feito esse ambiente e que poderá ser utilizado também como uma área para eventos, como havia dito, um pouquinho menor, são 40 lugares, mas que também existe essa demanda no Clube.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Muito obrigada.

Marco Antonio Herculano da Silva Siciliano (aparte) – Tenho dois questionamentos. Boa noite. Minha pergunta: Você consultou os envolvidos, usuários e funcionários? Foi feita uma pesquisa?

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Tive uma demanda do Departamento de Patrimônio e Restaurantes, conversei com essas pessoas. Sou sócia e frequento o Clube. Noites e noites estive aqui acompanhando a utilização, durante almoço, enfim, olhando como que as pessoas juntam e separam as mesas, como as pessoas utilizam o espaço e eu trouxe algumas outras sugestões.

Marco Antonio Herculano da Silva Siciliano – Mas não foi feita uma pesquisa com o usuário nem com funcionários?

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Não, eu recebi a demanda como arquiteta profissional, mas eu, Vanessa, não organizei uma pesquisa para os associados.

Marco Antonio Herculano da Silva Siciliano – Segundo ponto. Esse valor de R\$6.700.000,00, que é bem significativo, estão incluídos os mobiliários?

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Sim.

Marco Antonio Herculano da Silva Siciliano – R\$6.700.000,00 para um prédio que acho que temos de repensá-lo em 5 ou 10 anos, não é muito dinheiro em sua opinião, que a gente poderia fazer um projeto, modernizar o restaurante, mas não investir tanto recurso, porque já se pensou fazer alguma coisa diferente nesse prédio. Acho que você fez uma coisa muito bonita, grandiosa, mas não sei se é o momento e necessário, acho que temos de pensar no associado.

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Eu não vou trabalhar com achismo, então, não me cabe achar nada.

Marco Antonio Herculano da Silva Siciliano – Você acha que caberia um projeto melhor, mais adequado sem precisar gastar tanto assim?

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Eu não vou achar.

Marco Antonio Herculano da Silva Siciliano – Ok, obrigado.

Alexandre Perrone Lomonaco (aparte) – Vanessa, boa noite. Parabéns pela apresentação. Vi toda as imagens, só fiquei em dúvida, que a gente está entrando aí

com uma laje nova. Como é que ficou embaixo da laje? Tem alguma imagem como ficará a Bocha? Como é implantação, tem alguma visão de como ficou por baixo? Porque nós temos uma modalidade esportiva lá embaixo.

Diretor de Área de Patrimônio, Arnaldo Osse Filho – O projeto dessa laje foi estudado pela engenharia de Patrimônio. Existiam vários boatos, dizendo que a gente ia acabar com a Bocha, que não queria mais a Bocha. Não é nada disso. Existe um projeto estrutural que foi feito. Nós temos previsto nesse projeto a colocação de 12 pilares distribuídos nos espaços que existem entre as Bochas.

Alexandre Perrone Lomonaco – Entre as canchas?

Diretor de Área de Patrimônio, Arnaldo Osse Filho – Entre as canchas de Bocha. Esse projeto não vai interferir com o funcionamento da Bocha, só isso.

Alexandre Perrone Lomonaco – Mas vai ocupar a parte de cima, hoje ela tem um vão.

Diretor de Área de Patrimônio, Arnaldo Osse Filho – Sim.

Alexandre Perrone Lomonaco – O vão é quanto e vai virar quanto?

Diretor de Área de Patrimônio, Arnaldo Osse Filho – Vai ficar mesma altura do que existe hoje na Bocha na parte mais baixa.

Alexandre Perrone Lomonaco – Vai ficar baixinho, como é do lado de fora?

Diretor de Área de Patrimônio, Arnaldo Osse Filho – Isso.

Alexandre Perrone Lomonaco – Está bem. Obrigado.

Patrícia Cordeiro de Abreu Alessandri (aparte) – Boa noite, Vanessa. Obrigada pela sua apresentação. Sou porta-voz aqui da Marina. Como é que você pensou a questão da acessibilidade, do deslocamento de cadeira de rodas, de alturas, considerando essa questão? Aí vou emendar, gostaria de colocar uma consideração que acho que antecede o desenvolvimento de seu projeto, que é uma mentalidade recorrente aqui no Clube de pensar as coisas fragmentadas ou segmentadas. Então, a gente tem um todo aqui, que é o prédio do CCR, é endereçado a você fazer um projeto especificamente de um restaurante, como é que a gente pensa o todo, como é que essa verba que será gasta agora será considerada depois? Acho que são coisas para serem pensadas e que antecedem o desenvolvimento do seu projeto.

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Dentro do projeto estão sendo consideradas todas as normas vigentes de acessibilidade. Aliás, é crime um arquiteto projetar e não atender às normas de acessibilidade. A gente identificou que poderia, mesmo cumprindo a legislação, um banheiro PNE para essa quantidade de assentos e de lotação já atende à norma. E a gente identificou que no Clube existe uma população

grande que utiliza de cadeira de rodas, pessoas com deficiência ou dificuldade de mobilidade, onde caberiam mais dois sanitários PNEs, então, foram incluídos. A gente tem todo mobiliário, por exemplo, as cadeiras que não são fixas e podem ser removidas para acomodação das cadeiras de rodas. Circulação, como eu disse, dentro da norma, são circulações largas. De repente a gente traz a planta de novo à tela para observar, mas estão sendo atendidas. Quanto a sua outra pergunta não me cabe responder, desculpa.

Patrícia Cordeiro de Abreu Alessandri – Então, deixe-me perguntar uma última coisa que não vi sendo considerada, que é um problema que acho que é recorrente aqui, que é o ar-condicionado. Como é que isso foi pensado?

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Tem outra pauta, acho que é a seguinte, que é para aprovação do novo ar-condicionado, para atender o projeto e o andar como um todo.

Roberto Cappellano (aparte) – Boa noite. Arnaldo, queria te pedir um aparte, que você respondeu ali e não entendi direito. Quando a gente fizer a laje, não estou falando da parte estrutural dela, que tenho certeza que obviamente está super bem dimensionada. Queria saber com relação ao pé direito com relação à Bocha. Você sabe que a Bocha tem uma parábola quando joga. Aí não entendi se você vai diminuir o pé direito do que tem no entorno. Só para entender, a gente vai ficar com o pé direito que tem ali em cima das arquibancadinhas da Bocha, é isso?

Diretor de Área de Patrimônio, Arnaldo Osse Filho – E vai ficar naquela parte mais baixa, tem o pé direito mais alto no meio, certo?

Roberto Cappellano – Onde efetivamente joga a Bocha.

Diretor de Área de Patrimônio, Arnaldo Osse Filho – Só que, veja bem, por norma não existe nada que fala na Bocha que tem de ser aquela altura de 8m que a gente tem ali.

Roberto Cappellano – Nem vou entrar na discussão de norma, só estou perguntando, senão vai alongar a conversa e a gente vai entrar em outras normas.

Diretor de Área de Patrimônio, Arnaldo Osse Filho – Mas vai ficar na altura mais baixa.

Roberto Cappellano – Obrigado.

Presidente – Muito obrigado, Vanessa. Não há mais esclarecimentos do Plenário. Há inscritos.

Marcelo Giordano Beyruth (aparte) – Sr. Presidente. Vanessa, parabéns pela apresentação. Queria só fazer um aparte. Li o parecer da Comissão Financeira sobre

essa obra, eles comentaram sobre a cozinha, que tem um projeto executivo da cozinha que não foi apresentado pela arquiteta e também fala sobre a movimentação de logística vertical de insumos e lixo. Já que vai aumentar em 96% o movimento isso também deve aumentar o volume da cozinha, aumentar o volume da demanda do lixo e outras coisas. Então, gostaria de pedir que alguém da Comissão Financeira viesse falar um pouco sobre esse assunto, é possível isso?

Presidente – Pelo que estou entendendo, Conselheiro Beyruth, a Comissão Financeira fez algumas considerações e estou entendendo que V. Sa. gostaria de esclarecimentos da Diretoria acerca desses questionamentos feitos pela Comissão Permanente Financeira?

Marcelo Giordano Beyruth – Achei que a Comissão Financeira deveria vir explicar.

Presidente – Talvez a Diretoria pudesse prestar esses esclarecimentos a Vossa Senhoria.

Marcelo Giordano Beyruth – Obrigado.

Presidente – Arnaldo ou Vanessa, o Conselheiro Beyruth solicitou esclarecimentos. Conselheiro Beyruth, V. Sa. poderia repetir, por favor, para que a Vanessa pudesse responder?

Marcelo Giordano Beyruth – Não achei que fosse com você, arquiteta, mas já que o Presidente solicitou. Na verdade, é o seguinte: a Comissão Financeira – Não sei se você leu os pareceres – ele fala que mudou da cozinha, que não tem valor, não tem nada, não tem projeto, você só montou um projeto e falou: Aqui vai ficar a cozinha, então, não fala de valores. Estamos falando de R\$6 milhões, mas quanto vai gastar na cozinha, mais R\$4, R\$5 milhões?

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – O valor da cozinha está sendo considerado nesse orçamento.

Marcelo Giordano Beyruth – Dos R\$6 milhões?

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Sim. Existe um cálculo que a gente consegue identificar por histórico de obras, enfim, de quanto será investido nesses equipamentos. O que ficou para ser executado pós aprovação é o projeto executivo, como posso dizer, o projeto de execução da cozinha mesmo. Ou seja, qual tipo de equipamento especificado, é feita uma análise junto com o cardápio do restaurante para entender se vai existir o restaurante na mesma configuração. Então, juntamente com essa definição do Departamento de Bares e Restaurantes é contratado um projeto de cozinha, onde são especificados todos os equipamentos. Hoje a gente tem equipamentos com mais tecnologia, em que eles podem até inclusive desempenhar um funcionamento melhor para a cozinha nessa área que tem à disposição.

Marcelo Giordano Beyruth – Então, ele já está englobado nesse valor, certo?

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Sim.

Marcelo Giordano Beyruth – E com relação a essa parte da demanda de insumos, que vai aumentar 96% e hoje é tudo colocado ali atrás, fica exposto, as pessoas passam por lá.

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Foi devolvida a resposta para a Comissão com um esquema que eles estão sugerindo para esse recolhimento do lixo, onde existe um espaço refrigerado para acomodar o lixo. Hoje é feita uma retirada do lixo duas vezes por dia, logo depois que encerra o almoço e jantar. Da forma que está hoje, ele funciona, temos alvará e o fato de ter mais quantidade de lixo e a gente vai ter aonde acomodar esse lixo, o que tinha entendido é que a dúvida é se ele poderia descer pela escada da mesma forma que desce? Sim, ele pode descer da mesma forma que desce.

Marcelo Giordano Beyruth – Desculpa, não estou perguntando se vai descer ou não, estou perguntando é que vai praticamente dobrar o lixo.

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Vai praticamente dobrar.

Marcelo Giordano Beyruth – Vai ter espaço para receber tudo isso lá?

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Existem dias eventuais que o restaurante poderá funcionar em mais de 60% do que está acontecendo hoje. Mas o dia a dia do restaurante não vai dobrar nem aumentar 96% – A gente pode até voltar na apresentação – Acontece que na área do lixo foi feito um novo estudo, encaminhado para a Comissão, onde mostra exatamente a separação, como é que vai ficar acomodado. Existe essa câmara resfriada para que possa respeitar o horário de recolhimento de lixo. E acho que também é uma questão de organização com o sistema de coleta de lixo do Clube quando tem essa demanda. Mas está sendo pensado, não tem como não ser, porque senão não tem alvará de funcionamento.

Marcelo Giordano Beyruth – É isso. Obrigado.

Ana Claudia Alves de Sá (aparte) – Parabéns pelo projeto, Vanessa. Também, seguindo um pouco o que o Beyruth colocou agora, queria entender porque o ar-condicionado não está contemplado no valor do projeto.

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Não sei, isso é a Diretoria de Patrimônio.

Diretor de Área de Patrimônio, Arnaldo Osse Filho – O ar-condicionado está no próximo item do Conselho. A ideia é construí-lo ao mesmo tempo que o projeto do salão, inclusive porque todos os dutos têm de ser repensados em função do novo forro que será feito.

Ana Claudia Alves de Sá – Mas por que o orçamento foi dividido?

Diretor de Área de Patrimônio, Arnaldo Osse Filho – Os pareceres foram encaminhados e é colocado em pauta conforme o Presidente do Conselho encaminha.

Eduardo de Azevedo Marques Strang (aparte) – Desculpa, vou sair do rito aqui para esclarecer que estive na reunião com a arquiteta Vanessa e o então Diretor de Patrimônio, onde foi dito, como Comissão Financeira fiz essa pergunta para ele, por que os projetos do elevador novo, do ar-condicionado e do restaurante foram todos desmembrados? E a resposta foi que é uma forma de trazer com valores menores para aprovar mais fácil. Isso foi dito em reunião, a senhora estava lá.

Diretor de Área de Patrimônio, Arnaldo Osse Filho – Não participei desta reunião porque ainda não era Diretor.

Eduardo de Azevedo Marques Strang – O Dr. Guilherme estava na mesma reunião que eu.

Presidente – A Conselheira solicitou um aparte.

Ana Paula Cassettari Musa (aparte) – Em primeiro lugar queria te agradecer pela excelente explanação, foi muito boa sua apresentação. Parabéns pelo projeto, está muito bonito. Mas tenho algumas dúvidas. A primeira dúvida é sobre a premissa desse projeto, queria entender como você recebeu esse briefing. Quando você foi contratada para fazer esse projeto, por acaso te perguntaram sobre as outras áreas, por exemplo, essas coxias, as áreas de salas de cultural, porque isso aqui afinal de contas é um prédio da área cultural, não é só um restaurante. Solicitaram alguma coisa a respeito disso a você?

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Não.

Ana Paula Cassettari Musa – A segunda pergunta, queria entender um pouquinho melhor, quando você fala aqui: é sazonal essa questão do aumento da demanda. Eu não tinha entendido sobre isso quando recebi, só estou entendendo isso na sua explanação, ficou muito claro. Mas quando recebi esse projeto, me pareceu claramente que ia aumentar essa demanda que você falou de tantos para tantos lugares. Agora não me lembro o número.

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – A gente sai de 228 lugares para 246 lugares no salão principal, 84 lugares no salão de frente para o campo B e 40 lugares no salãozinho, que chamei de salão infantil. E lá na frente, 60 lugares de espera.

Ana Paula Cassettari Musa – Mas eu já estava considerando, não sei se outros Conselheiros aqui, essa somatória completa, porque uma vez que você disponibiliza esses espaços o associado ocupa.

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Isso será controlado.

Ana Paula Cassettari Musa – Como seria controlado?

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Vai ter uma gestão do Departamento de Patrimônio, os dois salões extras são salões que estarão ali para um associado utilizar para eventos etc. Vamos supor que esteja tendo no Clube um campeonato, será avisado ao Departamento de Restaurantes e eles vão ter como se fossem pulmões para absorver essa contingência de gente.

Ana Paula Cassettari Musa – Então, na verdade a ideia é que esses espaços fiquem fechados, por exemplo, aquele espaço do evento não estará em funcionamento no dia a dia?

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Não estará em funcionamento no dia a dia.

Ana Paula Cassettari Musa – Está certo. Obrigada.

Olavo Nigel Saptchenko Arfelli Meyer (aparte) – Um aparte à arquiteta, por favor. Primeiro, parabéns pelo projeto, ficou muito bonito. Fiquei com duas dúvidas, a primeira tem um caráter estético, mas como a gente tem uma cozinha naquele ambiente, principalmente que será transformada em área comum, como vão ficar as janelas? As janelas vão ser totalmente substituídas ou padronizadas? Porque sei que hoje elas têm certo aspecto não tão padronizado. Então, primeira coisa é estética. Segunda, segurança. Não sei se existe algum tipo de janela com arame, alguma coisa, até para evitar que alguma criança esbarre. Hoje essa é uma preocupação que tenho como pai mais recente, não sei se já aconteceu algum acidente ou não, mas imagino que seja uma área que eventualmente tem de ter algum tipo de proteção. Então, primeiro sobre as janelas.

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – O que está sendo previsto é um tratamento das janelas, porque substituição das janelas envolveria um projeto do prédio todo e não é o objetivo agora. A gente está tratando um lugar que todo mundo utiliza e tenho certeza que ninguém esteja muito orgulhoso do ambiente onde a gente janta, reúne os amigos, recebe amigos de fora eventualmente. Então, a ideia é melhorar as condições do restaurante agora. Creio que numa reforma completa do prédio, esses castilhos todos seriam substituídos. Agora, eles seriam tratados. Quanto ao dispositivo de segurança não consigo te afirmar o que acontece hoje em dia, mas deve existir alguém que cuide dessa questão e deve ter trava, enfim.

Olavo Nigel Saptchenko Arfelli Meyer – Queria deixar um pedido, respeitado o padrão, layout, se pudesse ser ou um vidro aramado ou algum tipo de proteção que tivesse uma barra antes da janela, para proteger eventual quebra desses vidros. Se pudesse considerar isso, pela segurança seria positivo. Outro ponto, naquela área que imagino que seja o restaurante Kids, pelo que entendi do projeto, a entrada seria pelo corredor. A minha dúvida, até para integração, se não seria possível que a entrada

fosse direto pelo salão. Ou seja, que as crianças não necessitassem entrar no corredor para depois virar à esquerda no salão de 40 lugares, mas sim ter um acesso direto pelo salão principal.

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Na verdade, a ideia é que esse salão não atrapalhe uma circulação porque chega num fluxo dentro do salão. Quando a gente abre um acesso dentro de um espaço onde já está ocupado por mesas e cadeiras você cria uma camada de circulação, atrapalhando quem está sentado. E se você observar na planta, essa entrada é bem no início do salão. O salão é restrito, bem no início do corredor. O corredor é restrito, porém, tem a largura suficiente para isso e acaba ficando próximo do acesso de banheiros e dos buffets, que é o mais importante inclusive para as professoras terem controle dos alunos, acompanharem na hora da higienização e posteriormente na hora de montarem os pratos das refeições das crianças. É por isso que está dessa forma.

Olavo Nigel Saptchenko Arfelli Meyer – Está bem. Obrigado.

Ivan Gilberto Castaldi Filho (aparte) – O Gersinho me permitiu que o antecedesse. Primeiro, parabéns, Vanessa, o projeto está muito bom. Acho interessante, depois vou fazer um aparte aqui para o Arnaldo, que é o Diretor em exercício, é com relação à necessidade. A necessidade dessa reforma é premente, todo mundo reclama. Quando se tem a oportunidade de se fazer algo de melhor para o associado, começam a criar empecilhos desnecessários. Acho que a Comissão que vai cuidar da obra terá todo critério com relação aos seus gastos, mas o associado não pode deixar de que aquilo seja reformado. Acho que a gente está chovendo no molhado numa coisa que precisa ser feita e, ontem. É isso que queria dizer. Obrigado.

Pamela Adami Serine (aparte) – Boa noite, Vanessa. Primeiro, parabéns, foi excepcional. Eu fiquei só com duas dúvidas. A primeira, vai ser um pouco repetitivo, mas realmente não entendi. Em relação ao pé direito da Bocha tem alguma estimativa de qual altura, para que seja possível que continuem jogando? Fiz uma pesquisa rápida e existe uma metragem necessária por conta da forma que a bola faz quando eles jogam. Essa é a primeira dúvida.

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Posso te responder. Quando surgiu a questão de fecharmos o vão da Bocha da laje foi feito um estudo pelo Departamento de Patrimônio. Não fiz parte desse estudo porque para mim já chegou a área que eu iria utilizar, como seria feito esse projeto, porém, eles consultaram as normas da Bocha e entenderam que ao fechar essa laje em nada estaria comprometida a prática do esporte.

Pamela Adami Serine – Você sabe qual a metragem que vai restar?

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Não me lembro de memória.

Presidente – O pé direito, não é, Conselheira?

Diretor de Área de Patrimônio, Arnaldo Osse Filho – O pé direito, onde tem na lateral da Bocha, é o nível mais baixo que tem ali, deve ter mais ou menos 3m, 3,5m, não tem a altura detalhada aqui.

Pamela Adami Serine – Então, não se sabe?

Diretor de Área de Patrimônio, Arnaldo Osse Filho – Aproximadamente 3m, 3,5m.

Pamela Adami Serine – A segunda pergunta, você comentou em relação ao projeto do restaurante, aos equipamentos que serão adquiridos, isso não está previsto nesse projeto, se tem uma estimativa? Então, pode ser que quando o projeto for criado e executado necessite-se de uma verba adicional, aí nesse sentido seria requisitado ao Conselho.

Diretor de Área de Patrimônio, Arnaldo Osse Filho – Nós acreditamos que no valor que orçado já esteja previsto esse valor. Se houver necessidade terá de ser submetido ao Conselho, não tenha dúvida.

Pamela Adami Serine – Obrigada.

Carla Bruscagin Andrade (aparte) – Parabéns pelo projeto e apresentação, Vanessa. Só tenho uma dúvida referente ao mobiliário. Vi as cadeiras – E a gente sabe que aqui no Clube tem um grande número de idosos – vi as cadeiras que foram expostas aqui, achei baixas – Tenho uma mãe idosa – e a maioria prefere cadeira alta. Queria saber se vai acolher os idosos, vai ter esse tipo de mobiliário.

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – O mobiliário especificado, como disse, é de fornecedores de restaurante. Pela imagem é dada uma ideia, às vezes distorce quando a gente recorta e cola na apresentação. Não sei se você reparou que o logo do Pinheiros ficou ovalado, está esticado, não está correto, então, pode ter sido uma impressão. Lógico que no momento da compra do mobiliário normalmente a gente solicita amostras para testes, para ver se está de acordo com o gosto do cliente, enfim. Como para restaurante a gente compra mobiliado em grande quantidade, assim como escritório, a gente faz esse teste antes, então, pega as amostras e coloca para sentar, experimentar.

Carla Bruscagin Andrade – Então, acessível para todos?

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Isso é uma premissa, ele precisa ser. Então, assim, têm poltronas também na sugestão, as poltronas costumam ser um pouquinho mais baixas, nada que provoque um desconforto nem nada disso, mas a gente atende a todo tipo de sócio.

Carla Bruscagin Andrade – É importante pensar e planejar.

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – As cadeiras, principalmente as de madeira são essas mais rígidas e confortáveis para atender pessoas de idade, enfim, quem precisar.

Carla Bruscagin Andrade – Obrigada.

Marina de Macedo Soares Resende (aparte) – Parabéns pela sua apresentação, Vanessa. Queria saber, é uma pergunta pertinente: Há quanto tempo você é sócia do Clube?

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Sou sócia do Clube desde julho de 2021.

Marina de Macedo Soares Resende – Então, você entende todas as demandas que a gente tem, principalmente vi que às quintas-feiras é muito cheio.

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Às sextas.

Marina de Macedo Soares Resende – Quinta também apareceu. Quinta e sexta. Sexta é óbvio, mas na quinta, principalmente porque tem o pessoal do Futebol de base, seleção, enfim, que eles vão direto comer pizza lá. São meninos, juntam mesa, passa em cima do outro. Você acha que isso seria viável?

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Sim, perfeitamente viável.

Marina de Macedo Soares Resende – Como você é sócia há quatro anos entende – Você não teve filho na Escolinha?

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Não, meu filho hoje tem 17 anos.

Marina de Macedo Soares Resende – A idade da minha. Meu filho já participou disso, já veio almoçar. Nesse almoço as crianças fazem uma lambança, as cadeiras precisam estar perto uma da outra para as professoras fazerem esse serviço. Outra coisa, não sei se você poderá responder ou seria com a Diretoria. Como foi feita essa licitação e se já trabalhou no Clube antes?

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Já trabalhei no Clube no Departamento de Patrimônio de agosto de 2014 a fevereiro de 2017, inclusive à época que estive aqui a gente teve um problema muito grande com todas as cozinhas em restaurantes do Clube, quase foram fechadas. Foi aí que comecei a entender sobre norma de cozinha em restaurante. Precisei aprender, mergulhar nisso e a gente salvou todas as cozinhas em restaurantes. Tenho certeza que ninguém percebeu que quase ficamos sem nada.

Marina de Macedo Soares Resende – Está bem. Obrigada.

Silvia Schuster – Boa noite.

Presidente – Silvia, hoje você é Diretora e não Conselheira.

Silvia Schuster – Então, queria pedir autorização, porque sou jogadora de Bocha.

Presidente – Silvia, por favor.

Silvia Schuster – Está bem.

Francisco Flaquer Filho (aparte) – Boa noite. Vanessa, quero parabenizá-la, sua explanação foi maravilhosa, seu projeto é fantástico. Concordo com o que o Ivan falou, acho que existe essa necessidade mais do que urgente de se fazer isso. O que fico triste e volto a dizer aqui, que a gente tem de ouvir de um Conselheiro que me antecedeu que as coisas precisam ser partidas aqui para serem aprovadas. Acho que perderam a grande oportunidade mais uma vez, é o que a gente vem recorrendo aqui sempre em todas as reuniões, se fazer um projeto muito maior para esse prédio todo. Então, parabéns pela sua explicação. Pena não terem te contratado para fazer o resto do prédio, que acho que é uma necessidade, que não é que gastar R\$6, R\$10, R\$12 não vai mudar, porque a necessidade existe. Parabéns.

Cândido Padin Neto (aparte) – Boa noite, Vanessa. Parabéns pelo projeto e a explicação. Estivemos olhando um pouco e gostaria de saber sobre os valores mais ou menos. O ar-condicionado estaria em torno de?

Presidente – Conselheiro Padin, o próximo item da pauta trata-se do pedido de autorização para uso do Fundo Especial, no valor de R\$2.131.

Cândido Padin Neto – Esse foi cotado por vocês também?

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Não, eu fiz só o projeto de arquitetura.

Cândido Padin Neto – Então, no projeto de arquitetura nós vimos alguns itens e me pautei pelo metro quadrado. Essa busca de valores foi feita por vocês?

Arquiteta Vanessa Soares Prado Lopes – Pelo Departamento de Patrimônio.

Cândido Padin Neto – Ok. Muito obrigado.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho (aparte) – ... Gostaria de saber da licitação para o projeto da arquiteta. Fez um projeto ótimo, acho que todo mundo achou bacana, mas queria saber se houve dispensa de licitação?

Diretor de Área de Patrimônio, Arnaldo Osse Filho – Não, foi feita uma tomada de preço e houve uma concorrência com quatro outros escritórios de arquitetura.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Está bem.

Gerson Aguiar de Britto Viana – Sr. Presidente, houve alguma dúvida sobre a forma como foram apresentadas as propostas orçamentárias para aprovação. Como fiz parte diretamente desse assunto, a forma que foi apresentada, dividido em parte de elevadores, ar-condicionado e o restante, apenas se deveu a uma facilidade de um entendimento dos itens a serem apresentados. Se o Plenário não quiser fazer o elevador, não faz, faz o resto. Ar-condicionado está intrinsecamente ligado à execução do restante do projeto, é óbvio que isso tem de ser feito junto, também para atender questões de outras oportunidades que apresentamos o projeto e surgiu a dúvida: Ah, mas a irrigação da pista está dentro do orçamento? A iluminação da pista está dentro? Está incluído, não está incluído? Então, hoje a gente faz de um jeito, leva dúvida. Faz do outro, leva dúvida. Aí optamos por essa forma de apresentar. Isso poderia, pelo que foi aventado, a possibilidade de ter apresentado de outra forma. Claro, pode ser apresentado de qualquer forma, só pedir explicação que a gente dá, não tem problema. Então, queria deixar bem claro isso, que se houvesse alguma, enganar ou fazer alguma coisa, aprovaria somente o projeto de arquitetura, um mês depois viria: Agora tem de fazer isso, agora tem de fazer isso. Não, estamos apresentando tudo junto, está tudo bem às claras numericamente e bem explicitado.

Presidente – Obrigado, Conselheiro Gerson.

Cândido Padin Neto – Só dizer que quando nós fazemos um projeto executivo, nós somos engenheiros...

Presidente – Conselheiro Padin...

Cândido Padin Neto – O senhor não quer que eu fale, eu não falarei.

Presidente – Conselheiro Padin, V. Sa. está inscrito e terá todo direito de se pronunciar, pode ficar tranquilo. Feitos os esclarecimentos pela Diretoria, a quem mais uma vez agradeço pela gentileza, pela atenção que nos prestou nesta noite. Vamos então aos inscritos. Temos nove ilustres Conselheiros inscritos.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – ... Rapidamente, Sr. Presidente, devido o avançado da hora, esse pedido de autorização da Diretoria do uso dos recursos do Fundo Especial para realização da reforma do restaurante do CCR de aproximadamente R\$6.839.000,00, quero de plano aqui deixar meu encaminhamento favorável. Ao longo dos anos o Clube teve inúmeras reformas dos mais diferentes bares e restaurantes. No passado tivemos aqui do bar do Futebol, do próprio CCR ali embaixo, tivemos do restaurante Ponto, também tivemos do Alameda, que era Cabana do Pai Tomás, foi feito um novo bar, foi feito o Germânia, que ficou muito bom, inclusive a questão da acústica que é muito ruim aqui e iluminação, no Germânia um lugar extremamente agradável, onde tem um grande número de pessoas. Eu almoço todo dia no Clube, porque meu escritório fica aqui na frente do Shopping Iguatemi, uso bastante o Germânia e lá ficou muito bom. O último restaurante e bar que foi feita a reforma com muito sacrifício e depois de muitos anos – Eu mesmo ocupei esta tribuna aqui inúmeras vezes para pedir a reforma – foi o bar do Tênis – Está aqui o Gilberto

De Luccia, nosso Conselheiro e outros da seção de Tênis, lembram bem a nossa luta para que fosse feita a reforma do bar do Tênis – E foi feita. O CCR é um restaurante muito frequentado, com uma arquitetura e iluminação desatualizadas em relação a outros lugares. Certamente aqui os nossos colegas Conselheiros quando convidam alguém para jantar no Clube etc., dificilmente vão ao CCR. Vão ao Ponto, vão ao Japonês e outros locais do Clube, dificilmente vão ali, porque está desatualizado. Falaram aqui também, fizeram aparte na questão dos recursos, algo em torno de R\$6 milhões. Quando a gente fala de recursos para execução de obras, esse recurso é proveniente do Fundo Especial. Fundo Especial tem como fonte de receita, pelo Art. 151, do nosso Regulamento Geral, trata das fontes de receitas do Fundo Especial, e essas fontes de receitas são vendas de títulos e de taxas de transferência. São recursos carimbados. Já no Art. 152, do mesmo diploma legal do Clube, Regulamento Geral, fala de como esses recursos devem ser aplicados. E são aplicados para execução de obras, reformas e aquisição de áreas para modalidades esportivas. Então, esses recursos são carimbados. Falaram aqui de R\$6 milhões. De fato, é um valor considerável, eu não tive o cuidado de olhar o nosso R.A.M., Relatório de Acompanhamento Mensal agora, mas pelo que tenho acompanhado ao longo dos anos, hoje temos algo em torno, salvo melhor juízo, no Fundo Especial em torno de R\$130 milhões. E esses recursos são carimbados para se investir em reformas e obras do Clube e isso dá uma média de R\$3 milhões por mês, mais de R\$40 milhões por ano, R\$3 milhões e alguma coisa, né, por ano nesses recursos do Fundo Especial. E nós temos um bom recurso nesse Fundo, temos condições. Se falar de uma reforma de R\$6.800.000,00, somando com o ar-condicionado, que é o próximo item, nós estamos falando algo em torno de R\$9, R\$10 milhões, perto dos R\$130 que temos, não é tão considerável. E nós temos esses recursos que são carimbados para isso. Então, me sinto absolutamente confortável – Quero aqui cumprimentar a arquiteta Vanessa, que fez um bom trabalho com a demanda que o Clube pediu a ela. Entrega um trabalho excelente, de uma profissional gabaritada, que como nós vimos aqui fez projetos para a 1900, Tostex e outros tantos restaurantes importantes fora do Clube que todos aqui conhecem e até frequentam certamente – Então, me sinto absolutamente confortável para dar o meu voto favorável para essa demanda do associado. E isso, Presidente. Muito obrigado.

Renan de Freitas Poli – ... Tentar ser objetivo como o nosso Presidente, Presidente Efetivo Ivan – Não o estou vendo – Mas, assim, qualquer um que olha o restaurante do CCR é óbvio que precisa de uma boa reforma. Ele pode nos atender, atende a este Conselho que tem o hábito de se confraternizar ou se reunir antes das reuniões aqui, mas para o associado o ambiente, é óbvio, a gente tem essa necessidade premente. E a gente tem uma necessidade de reformar esse restaurante não somente por ele, mas pelos outros. Se falou de quão bem sucedida foi a reforma do Germânia, ele tem um conceito de forro, de elementos acústicos, e tal, o deixa mais aconchegante, dá maior usabilidade aos associados, só que o Germânia está lotado. É um restaurante gostoso e está lotado. Aqui não fica lotado, raras exceções. E tendo um local tão convidativo quanto a gente ameniza a pressão nos outros restaurantes do Clube. Aí queria dizer que o ótimo é inimigo do bom e a gente está aqui com essa resistência. Tivemos hoje a discussão aqui do item que foi retirado de pauta e a gente vai passando em abdicar.

Hoje aqui ouvi inúmeros apartes, gente falando de questões de projeto executivo. Assim, o ótimo é inimigo do bom, mas esse projeto está muito bonito, muito bom e com certeza será aperfeiçoado na hora que se olhar os detalhes do projeto executivo. Não cabe a nós aqui discutir o projeto executivo, a Diretoria Executiva desenvolve o projeto executivo, Comissão Especial, os Conselheiros interessados têm todo direito de fiscalizar, questionar, buscar informações perante à Diretoria. Mas nosso papel aqui é liberar uso da verba especial. Essa obra tem um valor aqui relativamente expressivo, mas se a gente olhar o montante que está se acumulando desse dinheiro carimbado, é coisa de três, quatro meses a gente vai ter a recuperação desse capital só com o que já está reservado lá nesse Fundo. Então, está na hora de a gente começar a enfrentar isso, pôr a mão na massa aqui e ir para frente, encarar os projetos que são essenciais, de maior vulto aqui no Clube e esse é um deles. Então, é muito importante que a gente aprove esse projeto hoje, é assim que vou encaminhar meu voto. Obrigado.

Paulo Roberto Antunes – Boa noite, ... Parabéns arquiteta, fantástico, é bom a gente ver um projeto bem-feito. Se fosse assim sempre seria maravilhoso. Na realidade todo mundo deve estar sabendo, também encaminhei uma mensagem para o nosso Diretor de Patrimônio, Arnaldo, e mandei para vários Conselheiros hoje, inclusive mandei para o senhor, Dr. Guilherme, a respeito da minha preocupação. Acho sim que tem de ser feita a obra do restaurante do CCR, não sou contra. Sou contra como é administrado o dinheiro neste Clube, é esse o meu receio. Meu receio é como que a gente vai controlar isso. Nós temos vários escândalos que a gente joga para debaixo do tapete: é o bloco da acessibilidade que está sendo feito, é o campo B que o senhor ainda não soltou a Comissão Especial, é o telhado do Poli, é a construção do Tênis. Todas as obras neste Clube têm problema: é material que chega errado e aceita, enfim, fazem o que querem e a gente não consegue controlar isso. Precisamos fazer? Precisamos, mas acho que precisaria junto criar algo que a gente consiga controlar esse dinheiro, como que ele sai, quem assina a nota. Estão assinando nota de coisa que não era para chegar. Chega, paga e fica por isso mesmo. Ah, foi mal. Não, não foi mal, é o dinheiro do associado. Então, tudo que está sendo gasto errado a gente aqui, os Conselheiros têm a responsabilidade disso. Precisamos controlar isso e não tem controle nenhum, tem uma verdadeira bagunça. Eu ia publicar um negócio sobre a ata notarial. Não vou publicar, porque acho que quem tiver interesse de saber da ata notarial e o que foi dito nela, me procura. A Secretaria está autorizada a dar o meu e-mail e número de celular a quem pedir. Mas é muito grave o que se faz neste Clube, se joga dinheiro fora e continua tudo igual. Pode falar o que quiser: Eu sou chato, sou isso ou aquilo, mas é a pura verdade. Então, a gente precisa aprovar isso? Não sei, se tiver como controlar, pessoas de fora do Patrimônio a gente talvez aprove, mas aprovar assim e deixar o dinheiro no Patrimônio não dá para fazer. Espero que o senhor consiga aprovar a Comissão Especial do campo B. Boa noite. Obrigado.

Alberto Sansiviero Junior – Boa noite a todos. Vou tentar ser breve aqui. Primeiro, quero parabenizar a arquiteta Vanessa pelo projeto, pela apresentação anterior que você fez, da qual participei pela apresentação desta noite. Acho que a gente tem um projeto muito atraente, de muito boa qualidade e com ótimas respostas. Você foi

interpelada aqui e acho que atendeu a maioria. Têm sempre questões quando a gente está falando de obras aqui que surgem. Como foi feita, desculpe-me, Vanessa, falar isso na sua frente, mas como foi feita a escolha do escritório de arquitetura é algo que se a gente faz com transparência, compartilha e têm as respostas adequadas não gera desconforto em quem eventualmente tem de refletir sobre aprovação do projeto. Mas recorrentemente a gente tem a mesma situação e meu questionamento sempre é: Por que é tão difícil ser transparente e compartilhar informações com o Conselho? A Conselheira Andréa Brandão, quando estávamos falando aqui da altura, identificou num material da Confederação Brasileira de Bocha que diz que requer uma altura mínima de 5,5m para as canchas. Não sei se isso está correto ou não, mas estou aqui inclusive com o material que ela printou, acho que vale a gente verificar se essa altura estará disponível ou não e se essa é efetivamente a solicitação regulamentar, senão vamos ter de pensar em alguma alternativa para acomodar isso no Clube. Além da obra, eu acho que quando a gente fala de alguma obra premente, necessária como essa, nós precisamos falar também da preocupação da qualidade do atendimento. Recorrentemente convivemos em nossos restaurantes com praças sem a quantidade necessária de funcionários para atender, ou indisponíveis. Outro dia tomei conhecimento de uma alteração no formato de oferta de alimentação aos funcionários terceirizados e da dificuldade de alguns deles se alimentarem. Me parece pouco razoável que num Clube como o nosso tenha pessoas nos servindo nos restaurantes que não tenham se alimentado. Mas parece que isso é recorrente e acho que deveríamos olhar para isso, quando estamos pensando em investir R\$10 milhões numa obra isso me parece fundamental. Então, para ser breve e ir direto, eu gostaria de apresentar aqui uma emenda aditiva, Sr. Presidente, com base no Art. 45, do nosso Regimento, solicitando a obrigatoriedade de contratação de uma empresa gerenciadora de obras, como estabelecido já em outras situações que a gente falou aqui no Conselho, com a obrigatoriedade de envio de informações periódicas sobre andamento da obra e acompanhamento e orçamentos para apreciação desta Casa, de todos aqueles que desejarem.

- Conversas paralelas.

Alberto Sansiviero Junior – Além disso,... sugerir também nessa emenda a obrigatoriedade de que quaisquer contratos que venham a se firmar, caso aprovemos esse projeto esta noite, só sejam assinados após a posse da nova gestão, dado que a gente está no momento de discussão de eleições para Presidência desta Instituição. Pois não, Conselheiro.

André Franco Montoro Filho (aparte) – Esclarecimento, você falou aí uma coisa, deu uma informação que para mim foi a coisa mais importante de tudo isso, que a Bocha precisa ter 5 metros e tanto.

Alberto Sansiviero Junior – Não sou praticante da Bocha, mas a Andréa é, e foi a Confederação Brasileira, estou aqui com a informação.

André Franco Montoro Filho – Se isso for verdade muda todo o projeto.

Alberto Sansiviero Junior – Exatamente.

André Franco Montoro Filho – Acaba com o projeto ou acaba a Bocha.

Alberto Sansiviero Junior – Acho que tem de se preservar a Bocha.

André Franco Montoro Filho – Sr. Presidente, essa é uma informação de uma importância crucial, que acho que não podemos votar esse projeto se não tiver essa informação correta. Se for realmente 5,5m, o projeto todo ruiu.

Alberto Sansiviero Junior – Ou temos de baixar o piso.

André Franco Montoro Filho – Agora pode ser que a informação seja equivocada, aí é outra coisa. Mas acho que sem essa confirmação a gente não pode continuar essa discussão ou votar nada enquanto não der essa informação correta.

Presidente – Conselheiro Alberto, concluiu o pronunciamento?

Alberto Sansiviero Junior – Concluí. Agradeço. Boa noite.

Presidente – Obrigado. Nós vamos submeter à votação a emenda proposta por V.Sa. Conselheiro Montoro, antes de encerrarmos a discussão, esta Presidência fará esse questionamento à Diretoria, para que o Plenário tenha a tranquilidade para poder votar, tendo esclarecido esse ponto, que me parece fulcral.

Ivan Gilberto Castaldi Filho (aparte) – Queria ter feito um aparte ao Dr. Sansiviero, posso? ... É para esclarecer, porque acho que se criam umas dificuldades às vezes desnecessárias. Se nós temos três subsolos de estacionamento, qual a dificuldade de se baixar a Bocha caso haja necessidade?

Alberto Sansiviero Junior – Também não vejo, Ivan, mas acho que a preocupação é que tenhamos essa leitura. Acabei aqui de ouvir uma manifestação do Lolo e do Toni, de que são 4m. Acho que precisamos ter certeza do que é pedido para a prática, para que a gente...

Ivan Gilberto Castaldi Filho – Não quero entrar em debate, mas é questão daquilo que é prioritário, é um restaurante? Baixamos a Bocha sem problema nenhum.

Alberto Sansiviero Junior – Vou me permitir responder aqui. Concordo plenamente, Ivan, o que acho é que precisamos ter a certeza de qual é necessário e aprovar o orçamento. Porque, imagina, se precisarmos mexer no piso vamos ter um projeto diferente. Acho que é isso que está aqui na...

Antonio Moreno Neto (aparte) – O senhor pode me informar se a Bocha é esporte olímpico? Porque pelo que o senhor está falando, isso é exigência de esporte

olímpico. A Bocha não é esporte olímpico e não participamos de competições da Bocha. Então, só para esclarecer ao senhor.

Alberto Sansiviero Junior – Agradeço o esclarecimento não solicitado, mas estou aqui, não sou praticante da Bocha, mas conheço algumas pessoas que praticam e essa foi uma pergunta feita aqui e não teve resposta. Uma das praticantes foi buscar e trouxe a informação. Nós estamos aqui, acho que agora é importante dizer, ela mandou a regra oficial de Bocha sul-americana das canchas. Tem aqui duas alturas: 5,5m livres como espaço mínimo do piso ao teto no centro. Não sei se isso é requerido ou não, se iremos oferecer isso ou não. Talvez a gente não queira fazer isso aqui no Clube, mas acho que precisamos saber o que estamos fazendo, qual é o impacto que nós vamos gerar num esporte para o qual temos uma área grande destinada. E se nós decidirmos manter os 5,5m ou 4m, aquilo que for necessário, qual é o custo de adequação eventualmente se precisar baixar. Podemos baixar, construir um subsolo lá e ver o custo para fazer.

Marco Antonio Herculano da Silva Siciliano (aparte) – Um aparte, por favor. Eu acho que essa proposta de você fazer um subsolo também inviabiliza, porque o preço da obra não será mais R\$6 e 100, vai ser outro valor que acho que a Diretoria tem de trazer para a gente.

Alberto Sansiviero Junior – Essa é a questão.

Marco Antonio Herculano da Silva Siciliano – Não é esporte olímpico, eu não jogo Bocha.

Diretor de Área de Patrimônio, Arnaldo Osse Filho – Presidente, poderia dar um esclarecimento?

Presidente – Vamos concluir os pronunciamentos, em seguida V. Sa. prestará o esclarecimento devido.

Alberto Sansiviero Junior – Obrigado, Presidente.

Presidente – ... Senhores, são 10 para meia-noite, conseqüentemente nós vamos precisar prorrogar a nossa reunião, proponho mais 30 minutos, é possível? (Pausa) Então, a partir da meia-noite teremos mais 30 minutos de reunião.

Cândido Padin Neto – Boa noite. O Conselheiro Sansiviero roubou a minha ideia, acho que ele ouviu a gente. Nós temos de ter uma gerenciadora, não tenho dúvida disso, porque tudo o que veio de obras, tudo errado. Desculpa, Vanessa, você presenciar tudo isso, mas, Dr. Manssur, nosso Departamento, quem não enxerga isso, não dá. Se vem um projeto, vem inteiro, eu nunca vi isso na engenharia. Quando entrego para um cliente, ele vai inteiro, não vai picado. O cliente não aprova uma casa e não aprova o ar-condicionado, ele não aprova fundação e não aprova a casa, não existe isso. Ele aprova tudo. Se ele sabe quanto vai gastar, R\$20 milhões, ele vai gastar R\$20 milhões,

ele não vai gastar R\$2 milhões. Agora aqui é assim. A arquiteta Vanessa não participou e fica chato para ela. Faz um projeto, chega aqui: Pô, mas você não viu a Bocha? Não. Não fizeram. E assim vai. Então, se faz e não fiscaliza, aí chega alguém e vê bloquinho de 10, mas ninguém que estavam recebendo bloquinho de 6. Aí o idiota aqui vai lá e briga com a construtora, não paga. Depois é chamado daquele nome, por quê? Está defendendo o Clube. É isso. Então, nós estamos tudo errado, nós temos de ter uma gerenciadora, temos de saber os valores e assim tem de ser aprovado daqui para frente todos os projetos. É isso que tinha para falar. Obrigado.

- Assume a Presidência o Vice-Presidente Ricardo Luiz Iasi Moura.

Heitor Ferreira Tonissi – ... Primeiramente, gostaria de parabenizar a Vanessa aqui pela apresentação. Tive oportunidade de atuar com ela aqui para algumas situações do Clube na gestão do Cappellano. Sou testemunha do quanto ela colaborou aqui com a gente, especialmente, como ela disse, em nossas cozinhas. Antes de começar, Presidente, gostaria de deixar um registro, só de curiosidade, nós estamos discutindo aqui há horas, mas até agora a gente não ouviu a palavra Plano Diretor, isso reflete o quanto a gente dá importância para o nosso planejamento, é um fato que para mim, com minha visão de arquiteto, de urbanista, de Conselheiro eu acho isso lamentável. Enfim, estou aqui porque como arquiteto e tendo participado do Plano Diretor de 2017, alguns colegas vieram me perguntar o que achava do projeto e me sinto aqui na obrigação de compartilhar com os senhores, a fim de colaborar na decisão. Quando fizemos o Plano Diretor estabelecemos duas políticas de intervenções nos prédios, era aquela política com a visão ampla que a gente sempre procurou implantar, desde à implantação do Clube, olhar o Clube como um todo, como alguns Conselheiros aqui já falaram, ter a visão não fragmentada, não pequena tanto dos prédios quanto do Clube, mas ver o Clube de uma maneira integrada, que é assim que funciona e assim que abordagem racional se dá na arquitetura. Então, nós tínhamos duas políticas, ou entender o prédio como uma revitalização total, e aqui no Clube nós temos algumas edificações que requerem isso, assim como a Sede Social, o próprio salão e esse é um prédio que tem essa necessidade, até por causa da vida real dele, por causa da obsolescência, da série de problemas técnicos que ele apresenta, das necessidades que ele pode suprir. Tanto que a gente tem de lembrar que CCR é Centro Cultural Recreativo e o nosso Departamento Cultural, que é um dos nossos pilares, ele tem uma série de deficiências. Nós não temos espaços para cursos que oferecemos, enfim. E quando isso foi feito no Plano Diretor a gente viu que esse prédio tem essa necessidade de uma revitalização integral, inclusive ele é um dos prédios que nos dá oportunidade de verticalização e na periferia, como é um dos princípios do Plano Diretor, sem alterar paisagem, enfim. Isso vai atender muitas das nossas necessidades em relação aos adolescentes, em relação aos diversos setores culturais, inclusive naquela época, todos lembram, alguns aqui são mais novos, talvez não saibam, mas foi desenvolvido um projeto nesse sentido através de concurso, que foi com o arquiteto Milton Braga que venceu e fez toda uma revisão e estudo do prédio, com ampliação, inclusive melhorando a circulação vertical desse prédio. Esse é um problema grade que temos aqui, a circulação vertical. Enfim, infelizmente não foi para frente, então, só para resumir, a minha visão, inclusive na própria gestão do

Cappellano eu procurei passar bastante desse entendimento de a gente enxergar o todo dos prédios, não fazer a coisa de maneira fragmentada, até porque depois fica difícil para fazer a reforma, revitalização integral, porque vai se justificar: Não, nós gastamos agora aqui R\$10 milhões, então não dá para fazer o resto, então, é um pouco disso.

André Franco Montoro Filho (fora do microfone) – Esse projeto foi aprovado pelo Conselho.

Heitor Ferreira Tonissi – O projeto foi aprovado pelo Conselho. Foi desenvolvido, foi dada entrada na Prefeitura, inclusive foi feita uma maquete que ficou exposta aqui algum tempo. Enfim, Presidente, só para concluir. Então, o meu entendimento é esse, conforme o Conselheiro Ivan falou, é evidente que o restaurante e o espaço de mesas, cozinhas está arcaico, não está funcionando esteticamente, está muito prejudicado, o nosso associado precisa de um espaço melhor. Agora, nós temos de olhar no prédio como um todo. Estava falando da política de intervenção: uma era fazer a revitalização total. Agora alguns me perguntam: Mas enquanto não sai isso, o associado vai ficar aguentando um espaço feio, um espaço inadequado? Aí tem de ter uma intervenção com limite de recurso, estender a vida útil até vir a reforma definitiva, intervenção ampla e aprofundada para valer. Então, acho que tem que ter esse equilíbrio. Aqui, com todo respeito à Vanessa, acho que o projeto está excelente em termos de arquitetura de interior, muito bem abordado, mas só vê um pedaço e o custo que está exigindo não fica nem naquela reforma básica para esperar a reforma definitiva e também não é ousado para resolver todos os problemas que nós temos. Fica num nível intermediário, que no meu entendimento só vai prejudicar, porque daqui a pouco vão entrar com esse argumento: Nós gastamos tanto, agora vamos reformar o resto do prédio. Para mim é uma irracionalidade isso. Então, sou a favor da reforma, não quero me posicionar contra, inclusive porque o projeto está muito bom, vendo pontualmente ali para o restaurante acho que é bastante interessante. Diante disso que estou falando, minha sugestão é enfrentar, então, acho que a arquiteta Vanessa tem competência para fazer o projeto integral, para fazer uma análise mais ampla, que dê para ela. Aí sou a favor da tese do nosso Conselheiro Arlindo, que sempre fala: Nós somos Pinheiros, temos de pensar grande, temos recurso. Vamos enfrentar, isso é uma necessidade. Como o Quico diz, talvez estejamos perdendo uma oportunidade de revitalizar esse prédio que é tão importante, tão usual. Então, esse é meu posicionamento.

Roberto Cappellano (aparte) – Indo na linha que você abordou que é exatamente a linha que penso – Acho que a Vanessa, pelo que foi contratada, ela entregou até muito mais do que foi contratado e está muito bem feito – mas penso exatamente igual a você. Me causou surpresa a gestão anterior, que teve um projeto aprovado e não ter feito, agora falar que tem de fazer a obra. Mas faz parte do aprendizado aqui no Clube. Queria entender, porque tinha um projeto aprovado. Aprovado na Prefeitura. Tinha recurso, não fez. Indo na linha que a gente tem de ter um limite de manutenção, porque é óbvio que vai se desgastando, como você colocou e a gente tem de ter limite do que possa gastar para manter, só para fazer uma conta no que

exatamente você está falando e queria sua opinião. Aquele projeto de dezembro de 2018 custava R\$32 milhões, para fazer inclusive um andar a mais, como você falou verticalização nas periferias. Hoje estamos em 2025 e são sete anos que se passaram. Vamos botar aí 6% ao ano de inflação, em sete anos, 6%, daria em 2032, R\$2 milhões, 44, R\$50 milhões. Acho que é um número mega factível e correto, foi orçado por escritórios terceirizados, gerenciadoras, como já foi falado aqui por outros Conselheiros. Nós estamos indo para uma intervenção de R\$10 milhões, R\$6.800.000,00 da obra, R\$2 milhões e pouco do ar-condicionado e R\$1 milhão e pouco do elevador que vai vir para cá. Então, estamos falando de R\$10 milhões para atender a parte do restaurante, que a gente está focando no restaurante. Indo para o seu raciocínio, o que você entende, o que a gente poderia aprimorar no Clube – porque também acho, ou passa para a Vanessa e vamos fazer o projeto inteiro aqui do CCR ou a gente vai gastar um recurso e não vai fazer nunca as coisas, na minha opinião, porque se gastam R\$10 milhões e não resolve o problema. Não resolve o problema do teatro, não resolve o problema da circulação vertical,...

Heitor Ferreira Tonissi – Resíduos sólidos.

Roberto Cappellano – ...dos resíduos sólidos para sair.

- **Manifestação de Conselheira no plenário.**

- **Reassume a Presidência o Dr. Guilherme Domingues de Castro Reis.**

Roberto Cappellano – A senhora quer falar aqui? (Pausa) Já fiz uma pergunta para ele e acho que a senhora não entendeu. Vou repetir: O que ele acha, qual é o limite de intervenção financeira – Vou até olhar para a senhora para ajudar – que a gente deve gastar para uma obra que não resolve amplamente o problema, mas pelo menos a gente dá uma sobrevida para a edificação para poder atender ao associado? Então, essa pergunta gostaria que o Heitor, com a experiência dele de arquiteto, eu como engenheiro civil, o que você acha que seria interessante, que a gente poderia mais ou menos, obviamente entre as dificuldades do Clube? Ou enfrentar o problema, como o Arlindo fala?

Heitor Ferreira Tonissi – É difícil falar em números em recurso, mas acho mais importante a gente ter essa política, ter isso muito bem consolidado. Ou nós fazemos uma intervenção para dar uma sobrevida até o prédio ser revitalizado integralmente ou faz a revitalização. Não dá para ficar numa faixa intermediária, que só vai servir para prejudicar e depois impedir uma reforma correta.

Antonio Moreno Neto (fora do microfone) – Não faz nunca.

Heitor Ferreira Tonissi – Acontece isso, Toni: Você está falando não faz nunca, então vamos enfrentar a coisa da maneira como você fez com a garagem, por exemplo. É um problema? Vamos enfrentar, a gente tem de pensar grande mesmo. Esse projeto do Milton Braga muitos falaram: Pô, que loucura, mas é do nível do nosso Clube.

Roberto Cappellano – Nós temos de enfrentar isso e temos de enfrentar o Salão de Festas, que também perdeu oportunidade. É isso. Obrigado.

Ivan Gilberto Castaldi Filho (aparte) – Heitor, por favor, eu acho que um esclarecimento se faz necessário. Com relação à obra que seria feita aqui, que teve maquete aprovada seria fase 1, fase 2. Nunca, fui o Presidente que sucedeu ao Dr. Cappellano, nunca se falou em valores finais dessa obra nem na fase 1 nem na fase 2. A única coisa que estava chegando para minha gestão era o pagamento de aproximadamente R\$2 milhões de projetos, só que é uma questão de preferência. Nós tínhamos um prédio do Tênis de 60 anos, todo remendado. Esse é um prédio relativamente novo, com elevadores panorâmicos, comparativamente com aquilo que nós vemos do outro lado do Clube. Então, foi uma questão de opção, não foi cancelado esse projeto. Chamei o Milton Braga, expliquei para ele qual seria minha ótica de Clube – Que, aliás, nasci aqui, e ele me deu razão, sendo o engenheiro que estava fazendo o projeto – Então, é uma questão de opção. Acho que hoje falarmos de uma obra que não foi feita. Não foi feita por alguns motivos, inclusive por não ter o valor final. E volto a insistir na necessidade de se fazer essa reforma. Se não quiserem fazer que não faça, mas que não reclame, porque vão sair daqui, sentar lá e ficar reclamando no local que estão.

Heitor Ferreira Tonissi – Ivan, ela pode ser feita, mas com pensamento integrado, até para tapear eventualmente, mas pensa no prédio como um todo, esse é o correto da abordagem. Você vai me desculpar, mas o restaurante está integrado no prédio. A gente aqui não está vendo nem um entorno do restaurante, a questão do caixilho ali parece simples, mas reflete um pouco essa vontade...

Ivan Gilberto Castaldi Filho – Bom, é aquela história...

Presidente – Não vai ter debate, por favor.

Ivan Gilberto Castaldi Filho – Não vamos entrar em debate, mais do que já foi dito, o ótimo é inimigo do bom. Fica a critério dos senhores resolver.

Heitor Ferreira Tonissi – O ótimo é inimigo do bom, só que ele está gerando alguns puxadinhos no Clube há anos.

Roberto Cappellano – Acho que a gente não tem de entrar em discussão, que não é a pauta da reunião, mas dá uma lida na ata de dezembro de 2018, que tinha o valor integral da obra. Só isso. Mas vida que segue e aquilo já passou, vamos para frente.

Francisco Flaquer Filho (aparte) – Eu não vou entrar no aspecto político aqui, que acho que isso aqui está virando coisa política e talvez agora não seja o momento. Concordo plenamente...

José Manssur (fora do microfone) – Mas quando eu falei...

Francisco Flaquer Filho – Deixe-me falar agora, dá licença. Concordo plenamente com o que está dizendo, para mim foi o melhor depoimento. Acho que você tem toda razão em que está falando. Eu falei aqui, acho que temos a grande oportunidade de continuar com essa moça que fez uma explanação fantástica aqui dentro, que ela continue no projeto maior e traga isso numa próxima reunião, daqui a um mês. Acho que nós não temos obrigação de fazer isso já, precisa deixar claro isso. Acho que aproveitemos a situação, aproveitamos o ensejo dessa moça perder o tempo dela, a hora dela como associada e está aqui discutindo isso.

Presidente – Qual é o aparte, Conselheiro?

- Manifestação de Conselheiros no plenário.

Francisco Flaquer Filho – Se ela foi contratada não me interessa, estou dizendo que ela está aqui e está fazendo o melhor para o Clube. Nós temos de aproveitar isso, que há muito tempo não vinha um projeto tão interessante como aqui foi colocado. Então, acho que não precisamos resolver isso agora, na minha opinião, não é momento para se passar R\$6 milhões e se falar que foi feito um negócio, um puxadinho, como você é arquiteto urbanista, está dizendo. Então, concordo plenamente com o que está falando, quero parabenizá-lo pelo depoimento, para mim foi o mais certo que foi falado até agora. E temos sim de estender isso para o prédio todo, que é como você falou, isso aqui em 2017, 2018, 2019, não me lembro qual foi a data que foi pelo Plano Diretor, foi feito um estudo do prédio inteiro e aprovado, como o Montoro falou aqui. ... Então, meu aparte para você é o seguinte: Concorda com o que estou falando?

Heitor Ferreira Tonissi – Sim.

Francisco Flaquer Filho – Muito obrigado.

Gerson Aguiar de Brito Vianna – Presidente, só uma consideração que acho que é importante nesse processo, é o seguinte. Estamos aqui com o Regulamento da Bocha e não fala em altura do ginásio, ele fala cumprimento e largura da quadra e altura de 30cm, que é a lateral da Bocha. Os 4m que ele fala é de largura de quadra, não é de altura de ginásio, não tem referência à altura, lembrando, quando foi feito esse estudo há seis meses, nós consultamos mais de cinco clubes, nenhum clube tinha qualquer informação a respeito disso, inclusive a maioria não tinha obtenções maiores que 3, 4m. Então, essa limitação da Bocha, que não é um esporte olímpico, como o Toni falou, nós nunca fizemos um campeonato mundial com um clube internacional e nem faremos, porque não temos equipe de ponta. Então, quanto ao efeito geométrico, vamos chamar assim, da quadra, nós não temos nenhum problema, porque não tem altura definida. Segundo, Heitor, você, te admiro muito e sabe disso, sua competência. Se a gente não consegue aprovar num Clube muito velho de edificação, a gente tenta fazer as modernidades, resolver as questões, como você falou, às vezes de uma forma mais apressada, que tivesse outras alternativas.

Você imagina na sua cabeça a gente trazer um projeto aqui que vá custar uns R\$60, R\$70 milhões...

Heitor Ferreira Tonissi – Mas a gente tem de mudar essa chave.

Gerson Aguiar de Brito Vianna – ...e vai interditar esse prédio por algo em torno de 1,5 ano, sendo que – Eu estudei aquele projeto e tenho de fazer reforço de fundação, se desse e se fosse aprovado o reforço de fundação, o que estaria acrescentando um andar com sobrecarga de 500m². Você sabe de tudo isso – você vê o tempo e o valor que seria investido. Ia ser aprovado? Não vai aprovar nunca e vai continuar com vazamento. E tem mais, os projetos aqui são estanques, se quiser fazer a reforma só lá e depois fazer aqui, como já fizemos, não interfere um no outro, não tem interferência física, tem interferência de acabamentos, isso sim. E tem mais, lá dentro daquele restaurante nós estamos falando de no mínimo de 12 a 15 mil pessoas por mês que utilizam aquele restaurante. É impossível a gente desprezar isso, nós temos 15 mil pessoas por mês reclamando, das 15 mil, 95% reclamam. Agora, não vai interferir numa reforma lá numa necessidade de reforma aqui. Faz a reforma no mesmo padrão.

Heitor Ferreira Tonissi – Gerson, concordo que o outro projeto era muito ousado realmente, mas aqui não está se olhando o mínimo para o resto do prédio, então, poderia ter um equilíbrio para confirmar se realmente isso que você está dizendo. Desculpe-me, mas é minha visão.

Presidente – É a opinião do Conselheiro, Conselheiro Gerson.

Heitor Ferreira Tonissi – Só para concluir, queria deixar claro que não sou contra a melhoria do restaurante, só acho que deve ser ampliado e abordado de maneira mais ampla. Obrigado.

Gerson Aguiar de Brito Vianna – Acho que essa sua colocação é brilhante, tem de ser feito agora e continua depois.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – ... Trago aqui uma informação em primeiro lugar como Membro da Comissão de Finanças. A informação que a arquiteta Vanessa trouxe que havia uma informação da Diretoria, se existe essa informação não chegou à Comissão de Finanças, não consta do parecer da Comissão de Finanças, é muito importante esclarecer esse tipo de coisa. A Comissão de Finanças coloca em seu parecer um quesito – Que foi discutido bastante com o Presidente Brazolin externamente, a gente conversou do lado do campo de futebol, não é?

Presidente da Diretoria, Carlos Alexandre Brazolin (fora do microfone) – Quando?

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Nós estávamos ao lado do campo de futebol quando você me falou assim: Esse questionamento que você faz da movimentação vertical e esse questionamento que você faz relacionado à questão do projeto

executivo deveriam ser feitos pela Comissão de Obras. Eu respeitei bastante, mas falei: Não, eu entendo que como Comissão Financeira – Que fui o relator – nós temos a obrigação de aprovar um projeto que se conheça o custo. Aprovar um projeto que a gente não tem noção do custo é alguma coisa perigosa para este Conselho fazer. Então, o que trago aqui, Sr. Presidente, é o seguinte: Como Conselheiro agora, saindo da Comissão de Finanças, o primeiro tema dessa nossa reunião de hoje, Dr. Manssur trouxe bastante bem aqui, foi quando se fala sobre um projeto que apresenta vícios. Tivemos esse exemplo na ampliação do Fitness. O que se levantou aqui é um conjunto de dúvidas, dúvidas estruturais. O projeto que a arquiteta Vanessa fez é de foco na arquitetura de interiores, que encantou a todos. Todos ficam encantados com este projeto de arquitetura de interiores.

José Manssur (fora do microfone) – É verdade.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Agora, Dr. Manssur, o senhor veja, por onde começa o projeto de um restaurante? É pela cozinha. Nós não temos o projeto executivo da cozinha. E quando se faz hoje um projeto e se quer saber o valor exato que vai custar, se você não tem o projeto executivo você tem alguma coisa como: Vamos até tal lugar? Está legal, vamos, mas não sei qual é esse lugar e não sei qual é o caminho. Então, o que me parece dessas discussões aqui, o que absorvo é que esse projeto que a arquiteta Vanessa fez precisa ser robustecido, ganhar uma robustez desses outros projetos, como, por exemplo, o que foi falado aqui da movimentação vertical, por onde sobem os nossos insumos e por onde descem os resíduos úmidos e os resíduos secos. Esse tipo de coisa não chegou à Comissão, por isso que ficou aquele retrato que todos devem ter visto no parecer, do acúmulo e da situação onde eles estão agora. Me chamou atenção, agora também como Conselheiro, quando a arquiteta Vanessa falou, ela não gosta de achismo. Mas uma coisa que me deixou intrigado é o seguinte, se a gente vai fazer um projeto sem achismo, como é que faço um projeto baseado no meu viés cognitivo, que eu vim, sentei no restaurante, sou sócio desde 2021 e entendi tudo. Olha, eu digo o seguinte, como Conselheiro a gente precisa dar elementos à arquiteta para que ela trabalhe melhor. Vocês viram quantas dúvidas foram perguntadas que ela não tinha condição de responder. Eu acredito no potencial dela, mas acho que a gente deveria ter pesquisa. Só isso.

- Manifestação de Conselheiro no plenário:

Flávio Henrique Rosa Tatit (aparte) – Figueiredo, apenas esclarecer o seguinte. A Comissão de Obras quando fez o parecer nós percebemos, boa parte dos questionamentos que você fez serão respondidos quando for executado o projeto executivo de cozinha. No parecer que nós demos, falamos o seguinte: No item 8.7 – Após aprovação do projeto pelo Conselho será contratada empresa especializada de cozinha profissional para o projeto executivo, considerando todos os fluxos e demandas desse restaurante. Ou seja, você deve ter percebido que foi previsto na planilha R\$320 mil.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Para custos extraordinários.

Flávio Henrique Rosa Tatit – Provavelmente é possível que dê. Se não der, daqui a dois, três meses a Diretoria volta e vai pedir: Olha, fizemos o projeto executivo vai precisar de mais. O que não podemos é ficar esperando mais cinco, seis meses.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Falamos a mesma coisa, inclusive em nosso parecer há essa citação em relação a essa verba, que é uma verba de imprevistos, mas é uma verba de imprevistos dentro daquilo que se previa. Se já tem uma coisa que não está prevista, esse imprevisto deve ser maior.

Flávio Henrique Rosa Tatit – Agora, está muito claro que foi feito um projeto básico, ou seja, na hora que fizer o projeto executivo é possível que surja alguns ajustes. Aí a Diretoria vem ao Conselho: Olha, faltou mais R\$10 mil, R\$30 mil, R\$50 mil, R\$100 mil e pronto, acabou. Agora, parar tudo por causa disso, ficar mais três meses fazendo projeto executivo. Quanto tempo demora se tira de pauta para trazer o projeto executivo? Três meses, quatro meses e fica tudo parado.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Isso é a Diretoria que tem de responder, eu não consigo, Tatit, lamento.

Paulo Sergio Machado Izar (aparte) – Você falou de processos e vícios nos projetos. Como é que você se sente na hora da discussão aqui, quando a gente tem uma discussão que vem à tona uma discussão sobre a altura necessária ou não para a cancha de Bocha e a gente não tem uma resposta clara. A gente vai buscar. Uma praticante traz uma informação, as pessoas vêm, contrapõe, dizem que não é um esporte olímpico, como é que você se sente nessa situação? Como é que você acha que a gente deveria, como Conselho, endereçar esse tipo de questão?

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Olha, não gostaria de dizer como eu acho, porque eu acho é um viés cognitivo, vou falar como que a boa norma normalmente trata. A Diretoria teve uma boa norma quando fez apresentações prévias do projeto. Eu participei de apresentações prévias. A apresentação prévia que foi feita, a arquiteta Vanessa fez e foi o mesmo nível de detalhe que tem aqui. Então, acho que está uma transparência bem legal do que ela fez antes e está fazendo agora. À época o engenheiro Gerson que era o Diretor de Patrimônio e todas as perguntas que a gente fazia para ele, ele respondia com muita transparência e com coragem, porque tinha algumas coisas que ele falava com coragem – Isso eu acho muito bacana, transparente, até já o elogiei pessoalmente e faço questão de elogiá-lo aqui em Plenário novamente pela postura que tem de enfrentar as coisas dessa maneira – Então, dentro de uma boa técnica, as audiências prévias para um projeto desta envergadura são muito importantes, porque a partir delas todos esses elementos que você levantou e que nós discutimos aqui em Plenário podem ser corretamente endereçados, porque inclusive uns são conflitantes com outros. Então, a boa técnica demanda isso para um projeto complicado como esse. E se eu posso encerrar a resposta para você, encerraria da seguinte forma: Quanto tempo você fica numa fila de restaurante? Compara com quanto tempo as famílias têm ficado numa fila para o esporte.

Paulo Sergio Machado Izar – Obrigado.

Presidente – Obrigado, Conselheiro Luís Alberto.

Paulo Sergio Machado Izar – Presidente, gostaria que o senhor consultasse o Plenário se já não estamos satisfeitos para seguir para votação.

Carlos Edmundo Miller Neto – Um minutinho só, Sr. Presidente.

Presidente – Vamos ouvir o Conselheiro Carlos Edmundo Miller Neto, em seguida consultarei o Plenário, já que existem dois outros inscritos.

Carlos Edmundo Miller Neto – Vou tentar ser bastante rápido em respeito a todos os Conselheiros que se encontram aqui até este momento. Vanessa trabalhou comigo no Patrimônio e me ajudou com o Germânia, que foi comentado aqui. Sem dúvida nenhuma, o projeto que foi apresentado aqui é de muito boa qualidade. Nós temos um projeto de um restaurante, mas existem problemas muito mais complexos que temos que atacar, como foi colocado aqui pelo Heitor e por outros Conselheiros. Nós temos de ter coragem de enfrentar e resolver os problemas do Clube. Eu gostei muito do conceito do Heitor, colocando se é para fazer alguma coisa que não resolve o problema, vamos estabelecer até onde a gente pode chegar – Veja, o projeto de restaurante dela é excepcional, este prédio precisa de uma requalificação – Foi o nome utilizado há seis anos e que foi aprovado aqui neste Conselho a execução da primeira etapa. A primeira etapa era da ordem de R\$ 11.300.000,00 e a segunda etapa R\$20 milhões e mais alguma coisa. Dava R\$32, R\$33 milhões – Dentro desse conceito e em respeito a todos que estão aqui – E sou o maior interessado, todo mundo sabe da minha paixão por comida, vinhos. Estive nessas apresentações que o Gerson promoveu. Eu gostei muito, o projeto é excelente – Agora, nós precisamos repensar realmente o que fazer no Clube. Vou aproveitar, mesmo porque o Toni vai me suceder aqui na tribuna. Peguei um texto da reunião de aprovação, 25 de fevereiro de 2019, do Conselheiro Efetivo Antonio Moreno – na época a gente brigava muito, mas hoje tenho um baita respeito com o Toni, aprendo muito com ele, aprendo mesmo – ele fez aqui nesta tribuna a seguinte colocação: “Acho”... – Em função de estarmos hoje a quatro semanas da eleição que nós vamos ter aqui no Conselho – o Toni colocou o seguinte: “Acho que é uma questão de ética e uma questão de compromisso e respeito à próxima Diretoria, que ninguém sabe quem vai ser eleito, esse assunto deveria ser discutido na primeira reunião depois da posse da nova Diretoria. Então, proponho a retirada de pauta e que volte depois da posse da nova Diretoria. Muito obrigado.” Faço minhas as palavras do Sr. Antonio Moreno Neto há seis anos, porque acho que esse assunto precisa efetivamente ser discutido e enfrentado. Sou totalmente favorável a fazer o que for feito aqui e acredito sempre em reformas muito mais estruturais do que cosméticas. O seu projeto, Vanessa, é fantástico, mas eu acho que ele tem de ser inserido num contexto maior e isso precisa ser discutido e levado à frente. Era isso que eu tinha para trazer aos Srs. Conselheiros. Muito obrigado.

Antonio Moreno Neto – Sr. Presidente, foi citado meu nome e quero me dirigir à tribuna.

Presidente – Conselheiro, eu vou precisar consultar o Plenário, porque é um pedido regimental, houve um pedido para que consultasse o Plenário se ele está suficientemente esclarecido. O Plenário se entende esclarecido?

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Sim.

Presidente – Então, está encerrada a discussão. Vamos à votação.

Antonio Moreno Neto – Presidente, gostaria de agradecer ao Plenário pela consideração pela à minha pessoa, que iria falar somente coisas positivas e o Plenário escutou todo mundo, cada um com sua opinião, falando o que queria. Quero deixar registrado o meu protesto na ata, que é uma falta de consideração. Estou aqui esperando até a essa hora para falar e o pessoal está negando a minha palavra.

Luiz Carlos Augusto Meza – Presidente, só uma sugestão, quase 1h da manhã, poderíamos votar os dois itens juntos, se for o caso?

Presidente – Justamente isso que eu ia sugerir ao Plenário. Podemos votar conjuntamente os itens 4 e 5 da pauta?

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Sim.

Presidente – Então, nós vamos projetar o quesito já com os dois itens da pauta para deliberação dos senhores.

Francisco Antonio Vassellucci Filho (questão de ordem) – Dr. Guilherme, questão de ordem. O Conselheiro Miller não se dirigiu às palavras do Toni para fazer um pedido de retirada de pauta?

Presidente – Desculpe-me, eu não entendi.

Francisco Antonio Vassellucci Filho – O Conselheiro Miller não se referiu às palavras do Toni, de 2019, para fazer o mesmo pedido de retirada de pauta?

Antonio Moreno Neto – Não, ele não falou nada disso, não começa a inventar. Não inventa.

Francisco Antonio Vassellucci Filho – Estou perguntando.

Antonio Moreno Neto – Ele não falou, ele citou um fato, ele não falou.

Francisco Antonio Vassellucci Filho – O senhor não pediu a retirada de pauta, Conselheiro Miller?

Presidente – Conselheiro Vassellucci, eu não tinha entendido que ele havia formulado pedido de retirada de pauta.

Francisco Antonio Vassellucci Filho – Pediu.

Presidente – Conselheiro Miller, por favor, apenas para eu encaminhar a votação: V. Sa. formulou pedido de retirada de pauta?

Carlos Edmundo Miller Neto (fora do microfone) – Retirada de pauta.

Presidente – Então, peço perdão. Então, vamos submeter o quesito, já que é regimental. Estou entendendo que o pedido de retirada de pauta se refere aos dois itens, 4 e 5, não é?

- **Conversas paralelas.**

Presidente – Por favor, silêncio.

Ana Lucia Freitas Schmitt Correa (fora do microfone) – Presidente, só vamos deixar claro se encerrou a discussão ou não.

José Manssur – Presidente, eu peço licença para consultá-lo se o senhor declarou encerrada a discussão?

Presidente – Sim, declarei encerrada a discussão.

José Manssur – Para não haver o problema do objeto do recurso. Inclusive, Presidente, enquanto se faz aí o quesito, o ilustre Conselheiro Sansiviero, por quem nutro especial consideração, ele também fez uma questão no sentido de se contratar uma gestão.

Presidente – Sim, se aprovado submeterei ao Plenário a emenda aditiva.

José Manssur – Neste exato momento vou fazer, pela ordem, para encaminhamento da votação, reportando-me ao que dissera a Comissão Jurídica em seu alentado parecer, sem embargo do respeito e da profunda admiração e da procedência do que o digno Sansiviero postulou.

Presidente – Perfeito.

Cândido Padin Neto – Dr. Manssur, eu também fiz, eu pedi também.

José Manssur – De igual modo, não menos ilustre Conselheiro Padin.

Presidente – Então, primeiramente, nós vamos submeter à votação o pedido de retirada de pauta dos dois itens da pauta, 4 e 5.

Votação dos itens 4 e 5 (utilizando-se keypad)

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam a proposta formulada por Conselheiro, de retirada de pauta dos processos CD-25/2024 e CD-24/2024?

Resultado: 84 votos SIM, 60 votos NÃO, NENHUMA ABSTENÇÃO.

Presidente – Foi então aprovado o pedido de retirada de pauta dos processos CD-25/2024 e CD-24/2024.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:

Presidente – Informou quantos Conselheiros tinham comparecido à reunião e deu por encerrados os trabalhos aos trinta e um minutos do dia 01 de abril de 2025.

* * *

Obs.: esta Ata foi aprovada na 769ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 22 de abril de 2025, com as alterações já dela constantes.

GUILHERME DOMINGUES DE CASTRO REIS
Presidente do Conselho Deliberativo

ALESSANDRA PINHEIRO FACHADA BONILHA
Primeira Secretária do Conselho Deliberativo

mIf